

Isabel Cabrita

De: Presidente <presidente@ccdr-a.gov.pt>
Enviado: sexta-feira, 13 de abril de 2018 18:08
Para: Comissão 17ª - CEPT2030 XIII
Cc: Joaquim Fialho
Assunto: Audição por escrito sobre o processo de definição da «Estratégia Portugal 2030» no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual Pós-2020
Anexos: Síntese-Contributo Regional Alentejo.pdf; Documento-Base-Contributo-Regional-Alentejo.pdf

Exmº Senhor
Dr. João Paulo Correia
Presidente da Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da «Estratégia Portugal 2030» no Âmbito do Quadro Financeiro Plurianual Pós-2020

Na sequência da solicitação da CE PT 2030 ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 103.º do Regimento da Assembleia da República, para participação desta CCDRA na audição por escrito no âmbito da definição da «Estratégia Portugal 2030», remetemos em anexo os documentos já elaborados tendo em vista contribuir regionalmente para a definição dessa mesma estratégia.

Em anexo enviamos o documento produzido e a sua síntese.

Os documentos resultaram de um trabalho participado usando uma metodologia *bottom up*. Assim, na Região Alentejo e em articulação com o Presidente do Conselho Regional da CCDRA, que acompanhou todo o processo, decidiu-se produzir um documento resultante da fusão do trabalho e reflexão interna da CCDRA e do envolvimento neste processo de todos os stakeholders regionais. Foi um ambicioso trabalho de recolha de contributos e de envolvimento de todos os agentes regionais, no qual participaram cerca de 200 pessoas.

Prevê-se um aprofundamento do trabalho já concretizado usando a mesma metodologia, durante os anos de 2018/2019.

Estamos disponíveis para os esclarecimentos adicionais que eventualmente venham a considerar-se pertinentes.

Com os melhores cumprimentos,

Roberto Pereira Grilo
Presidente



Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Alentejo
Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193 - 7004-514 ÉVORA
Tel.: + 351 266 740 300 - Fax.: + 351 266 706 562
www.ccdr-a.gov.pt email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Nota: Os documentos que enviamos em anexo também estão disponíveis nos seguintes *links*:

<http://webb.ccdra.gov.pt/docs/alentejo2030/docs/SinteseContributo%20Regional%20Alentejo.pdf>

Ente 599200 - 38/CEPT2030 - 16.04.2018

Alentejo 2030

“Desafiar o Futuro”

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A
ESTRATÉGIA NACIONAL
PORTUGAL 2030

SÍNTESE

março de 2018



ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	2
I - DESAFIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O ALENTEJO NO PERÍODO 2020-2030	3
<i>I.1 Do Diagnóstico prospetivo Regional aos Desafios Estratégicos</i>	3
<i>I.2. Desafios Estratégicos e Prioridades de intervenção para o Alentejo no período 2020-2030, no enquadramento de Objetivos de Política de Coesão pós-2020</i>	4
<i>I.3. Prioridades de intervenção para o Alentejo no período 2020-2030 no enquadramento dos Objetivos de Política de Coesão pós-2020.....</i>	6

APRESENTAÇÃO

A elaboração do **Contributo Regional do Alentejo para a Estratégia Portugal 2030**, em resposta ao desafio do Senhor 1º Ministro lançado ao Conselho Regional, ocorre num período de transformação acentuada do território do Alentejo, fruto de renovadas dinâmicas de investimento no plano económico-productivo, mas também de evolução em matéria de alterações climáticas e de desertificação física e social que atinge várias sub-regiões.

No horizonte 2030, a Região e o seu sistema de atores (públicos, associativos e privados) está confrontada com um conjunto de Desafios Estratégicos, identificados no Contributo Regional, que procuram combinar:

- Respostas de aprofundamento das dinâmicas económico-empresariais de Clusters de especialização regional, com apreciável inserção em Clusters de Competitividade do País, dotados de ativos estratégicos, inovação e capacidade reconhecida de internacionalização (sobretudo, Turismo e Património, Agro-alimentar, Recursos Minerais e Aeronáutica);
- Respostas de mitigação e outras às restrições climáticas e demográficas e à necessidade de contribuir para a sustentabilidade e uso eficiente de recursos, desde logo, da água, solos e biodiversidade dos ecossistemas mediterrânicos que integram a matriz de ativos regionais.

A identificação de respostas na ótica do interesse regional (constante do Contributo) beneficia da convergência virtuosa:

- Da Revisão do PNPOT, que contempla a compreensão e intervenção em torno das mudanças críticas identificadas (Ambientais e Climáticas, Sociodemográficas, Tecnológicas, Económicas e Sociais); e
- Da preparação de um novo ciclo da Política de Coesão pós-2020 que acolhe entre os Objetivos/ Domínios de Intervenção (nas vertentes da Convergência e Emprego e Convergência e Coesão) vetores de proposta do Governo que acomodam aquelas respostas enquadrando preocupações dos agentes regionais norteadas pelas traves mestras da sustentabilidade, da inovação, da competitividade, e da qualificação de competências.

O **Contributo Regional do Alentejo** apropria à luz do interesse estratégico regional, ou seja, territorializa importantes perspetivas do desenho das políticas públicas que vão enquadrar o período 2020-2030, as quais deverão beneficiar de recursos de investimento público nacional e da afetação da adicionalidade resultante do acesso seletivo aos financiamento enquadrados pelos FEEI.

I - DESAFIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O ALENTEJO NO PERÍODO 2020-2030

1.1 Do Diagnóstico Prospetivo Regional aos Desafios Estratégicos

O Contributo Regional para a Estratégia Nacional 2030 é construído a partir de um Diagnóstico prospetivo regional cujos traços principais sinteticamente se apresentam:

Ativos estratégicos	Fatores condicionantes
<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento geoestratégico na relação entre a fachada atlântica e a fronteira, com proximidade à AM Lisboa; • Dotação de infraestruturas de logística e transporte marítimo de escala internacional; • Amenidades urbano-ambientais do território, incluindo uma rede de cidades médias com centros históricos de qualidade; • Recursos naturais do solo e sub-solo, com tradição renovada de aproveitamento económico, incluindo os sistemas culturais mediterrânicos; • Fileiras de especialização económico-produtiva com capacidade exportadora (Recursos Minerais; Montado de Sobro; Agro-alimentar; Aeronáutica; Produtos Turísticos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Vitalidade demográfica comprometida, na ausência de saldos migratórios positivos de população ativa, com implicações negativas na requalificação e desenvolvimento do tecido económico-empresarial; • Níveis de desertificação física com erosão dos solos e perda de biodiversidade; • Vulnerabilidade da orla costeira; • Dinâmica das alterações climáticas (aumento da temperatura, diminuição da pluviosidade...); • Limitações dos sistemas e redes com potencial de transferência de tecnologia e de aplicação económica do conhecimento; • Escassez de mão-de-obra adaptada às necessidades, existentes e emergentes, do mercado de trabalho; • Desvitalização social e económica com encerramento de funções administrativas e económicas, condicionando o potencial para atrair e fixar novos residentes, indispensáveis à revitalização do Território; • Mobilidade intra-regional reduzida afetada por sistemas de transportes públicos inadequados às necessidades dos fluxos económicos pendulares; • Sustentabilidade problemática das redes de saúde e proteção social.
Tendências pesadas	Tendências mais recentes
<ul style="list-style-type: none"> • Afirmação das grandes infraestruturas como motores de crescimento (reservas estratégicas de água, redes rodo-ferroviárias, complexo portuário e logístico de transporte e distribuição); • Despovoamento e declínio económico dos territórios de muito baixa densidade; • Transformação dos padrões de uso da terra, com a emergência das novas agriculturas que beneficiam da existência de água; • Estruturação de produtos turísticos com potencial de procura crescente dirigida aos vários Alentejos, e com efeitos induzidos sobre as atividades agro-alimentares, de reabilitação urbana e valorização do património. 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento público na infraestruturação de pólos de I&DT em áreas de especialização regional (TIC, Tecnologias do Ambiente, do Solo e da Água, Biotecnologias e sistemas culturais mediterrânicos, e Ciências do Património); • Estruturação do Cluster Aeronáutica, Espaço e Defesa com componentes produtivas (aeronaves tripuladas e não tripuladas - drones e peças acessórias) e de formação de vários segmentos profissionais com procura crescente; • Investimentos na Energia fotovoltaica; • Afirmação de trajetórias sub-regionais diferenciadas de crescimento económico e oportunidades de emprego.

Este conjunto denso e dinâmico de vetores, presentes e prospetiváveis no Alentejo, fundamenta a identificação de **Desafios estratégicos no horizonte pós-2020**.

Desafios Estratégicos

1. Revitalização demográfica e mitigação dos efeitos penalizadores do duplo envelhecimento/Atração de investimento - emprego - residentes
2. Sustentabilidade do Desenvolvimento Regional - Mitigação de riscos ambientais e Gestão da Água
3. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo
4. Alargamento da base territorial da competitividade, combinando a valorização económica integrada de recursos e ativos estratégicos
5. Reforço do sistema urbano regional e da integração dos recursos / ativos urbanos e rurais de excelência ambiental.

1.2. Desafios e Objetivos Estratégicos e Específicos para o Alentejo no período 2020-2030, no enquadramento de Objetivos de Política de Coesão pós-2020

As tabelas seguintes são construídas tendo presente o posicionamento e proposta de Objetivos/Domínios Transversais e com Incidência Territorial (*Convergência e Emprego; Convergência e Coesão*) e sistematizam o alinhamento com os **Objetivos específicos**, na ótica da construção gradual de respostas aos principais Desafios estratégicos para o Alentejo 2030.

MATRIZ DE RELAÇÃO OBJETIVOS/DOMÍNIOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO, SEGUNDO OS DESAFIOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O ALENTEJO 2030

POLÍTICA DE COESÃO PÓS 2020		ALENTEJO 2030	
OBJETIVOS TRANSVERSAIS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	DESAFIOS ESTRATÉGICOS/ OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
I. Inovação e Conhecimento	Inovação empresarial	3. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo [Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região com consolidação do seu Sistema Regional de Inovação, estratégia de especialização inteligente e da sua capacidade de formação de competências]	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização do SRTT • Reorganização da oferta educativa • Planeamento e programação da oferta de formação profissional. • Formação de competências orientada para a procura dos setores de especialização • Incentivo à contratação de recursos humanos qualificados pelas empresas e outras organizações
	Conhecimento e base científica		
II. Qualificação, Formação e Emprego	Qualificação e formação		
	Emprego		
III. Sustentabilidade demográfica	Promoção das condições de melhoria do saldo natural	1. Revitalização demográfica e mitigação dos efeitos penalizadores do duplo envelhecimento; atracção de investimento - emprego – residentes [Mitigar os efeitos do duplo envelhecimento por via da uma estratégia integrada de investimento - emprego - residentes]	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Atracção de Residentes de base regional • Promoção da empregabilidade de diplomados das IES regionais • Enquadramento de fluxos de mão-de-obra imigrante, na ótica da fixação • Monitorização da implementação e resultados das medidas de política pública orientadas para a sustentabilidade demográfica • Conceção e gestão de um Instrumento integrado de promoção externa e captação de IDE • Promoção da notoriedade da Região.
	Reforço da conciliação vida familiar e vida laboral-avaliação da rede de serviços às famílias		
	Melhoria dos saldos migratórios		

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PORTUGAL 2030

**MATRIZ DE RELAÇÃO OBJETIVOS/DOMÍNIOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E COESÃO,
SEGUNDO OS DESAFIOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O ALENTEJO 2030**

POLÍTICA DE COESÃO PÓS 2020		ALENTEJO 2030	
OBJETIVOS TERRITORIAIS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	DESAFIOS ESTRATÉGICOS/ OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
IV. Energia e Alterações Climáticas	<i>Cidades Inteligentes e Eficientes</i>	2. Sustentabilidade do desenvolvimento regional - mitigação de riscos ambientais e gestão da água [Promover modelos de afetação de recursos e de investimento que incorporem proativamente as alterações climáticas e a utilização eficiente da água]	<ul style="list-style-type: none"> • Conceção, desenvolvimento e monitorização de instrumentos de planeamento, programação e ação para a sustentabilidade • Promoção do uso eficiente do capital natural • Estimulo à otimização e eficiência dos perímetros de rega • Desenvolvimento de investigação científica nos domínios da desertificação física e social, adaptação às alterações climáticas e gestão da água • Desenvolvimento de soluções orientadas para a obtenção de ganhos de eficiência energética e de poupança de água • Reforço das reservas estratégicas de água • Valorização socioeconómica dos serviços prestados e externalidades dos ecossistemas.
	<i>Transição energética</i>		
V. Economia do Mar	<i>Valor Acrescentado dos produtos da Pesca e da Aquicultura</i>	D4. Alargamento da base territorial da competitividade, combinando a valorização económica integrada de recursos e ativos estratégicos [Mobilizar intensa, integrada e alargadamente recursos e ativos estratégicos de todo o território da Região]	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação e desenvolvimento do Cluster Agroalimentar • Reforço da expressão regional do Alentejo no Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa • Qualificação dos produtos turísticos do Alentejo-Ribatejo • Desenvolvimento económico do Cluster Portugal Mineral Resources (Pedra Natural e Minerais metálicos e não metálicos), abrangendo a mitigação dos passivos ambientais existentes • Revisão/alinhamento da EREI do Alentejo • Qualificação das Áreas de Acolhimento Empresarial e de Logística • Construção de ligações rodoviárias e de interfaces à Linha Ferroviária Sines-Elvas/Caia e de acesso à Plataforma Logística do Caia • Dinamização da cooperação transfronteiriça, nas componentes da Economia, do Emprego e da Proteção Social • Promoção da competitividade económica dos aglomerados de suporte às áreas rurais • Criação de centros de recursos de suporte ao empreendedorismo focado na valorização de recursos endógenos (abordagens DLBC e PROVERE) • Assistência técnica qualificada para a promoção e capacitação do desenvolvimento e o emprego nos Territórios de Baixa Densidade • Promoção de intervenções de requalificação e regeneração urbana • Robustecer a dimensão funcional dos centros urbanos estruturantes, numa perspetiva de qualificação, especialização e complementaridade • Melhoria da conectividade interna • Racionalização e qualificação da rede pública de equipamentos e serviços de proximidade • Qualificação do sistema regional de saúde • Constituição de plataformas colaborativas transfronteiriças no domínio da mobilidade e do acesso a serviços.
	<i>Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade</i>		
	<i>Melhoria da competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo</i>		
	<i>Projeção externa da faixa atlântica</i>		
VI. Redes e Mercados Externos	<i>Competitividade dos territórios urbanos</i>		
	<i>Inserção territorial no Mercado Ibérico</i>		
VII. Competitividade e Coesão dos Territórios de Baixa Densidade	<i>Crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno</i>	D5. Reforço do sistema urbano regional e da integração dos recursos/ativos urbanos e rurais de excelência ambiental [Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região simultaneamente como fator de competitividade e coesão territorial]	
	<i>Diversificação da base económica</i>		
	<i>Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos, potenciando ligações rural-urbano</i>		
VIII. Agricultura e Florestas	<i>Aposta no desenvolvimento agrícola competitivo e no regadio</i>		
	<i>Reforço do potencial económico da floresta</i>		
	<i>Resiliência e prevenção de riscos</i>		

1.3. Prioridades de intervenção para o Alentejo no período 2020-2030 no enquadramento dos Objetivos de Política de Coesão pós-2020

As tabelas seguintes sistematizam o alinhamento das Linhas de Intervenção para o Alentejo 2030 à luz da estrutura de Objetivos/Domínios Transversais e com Incidência Territorial (*Convergência e Emprego; Convergência e Coesão*) da Política de Coesão pós 2020.

CONTRIBUTOS ESPECÍFICOS PARA OS DOMÍNIOS/ OBJETIVOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO
DA POLÍTICA DE COESÃO PÓS-2020

Domínios da Política Coesão	Linhas de Intervenção
I. Inovação e Conhecimento	
<i>Inovação empresarial</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão/ relançamento do SRTT (PACT, RRTT, incubadoras e outras infraestruturas de C&T, objeto de Mapeamento) • Estruturação de redes de conhecimento em áreas de especialização económica regional • Revisão e realinhamento da RIS 3 Alentejo em função das dinâmicas de investimento observadas e dos resultados de aplicação da abordagem na programação 2014-2020 • Apoio a iniciativas de carácter estratégico e infraestrutural de suporte à criação e instalação de empresas em incubadoras de base tecnológica • Dinamização da Aceleradora de Empresas em Tecnologias Críticas, e Mobilidade Inteligente • Apoios ao lançamento de “spin-offs” e “start-ups” e de capital de risco para a inovação empresarial • Bolsas para realização de Mestrados e Doutoramentos em contexto empresarial • Concursos específicos de apoio a investimento empresarial cuja clusterização interessa reforçar na Região • Implementação da Agenda de Transformação Digital para o Alentejo, com aplicação transversal a setores estratégicos para a Região (agricultura de precisão, conhecimento de perfis de procura de serviços e de distribuição de turistas no território, instalação de WIFI gratuita nos centros urbanos e locais de interesse turístico) • Criação de uma Big Data para o Turismo Regional (plataforma de conhecimento e de marketing turístico e instrumento para atenuar a sazonalidade e gerir a pressão turística em áreas mais saturadas) • Dinamização do Observatório do Turismo Sustentável do Alentejo reconhecido pela Organização Mundial do Turismo - projeto partilhado pela Entidade Regional de Turismo e Instituições do Ensino Superior • Desenvolvimento da Parceria Alentejo para o setor Aeronáutico (envolvendo entidades regionais, setoriais do AED Cluster Portugal, IAPMEI e AICEP), em ações orientadas para a atração de investimentos das empresas, da Aeronáutica. • Negociação de contrapartidas envolvendo uma maior participação das empresas-âncora na clusterização de atividades da Aeronáutica • Dinamização da atração de empresas focadas nas componentes de fabricação do AED Cluster de modo a adensar os elos de relação com a cadeia de valor, em torno de ramos de atividade com maior potencial empregador e com empregos-tipo que possam ampliar as respostas regionais de recrutamento.

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PORTUGAL 2030

CONTRIBUTOS ESPECÍFICOS PARA OS DOMÍNIOS/ OBJETIVOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO DA POLÍTICA DE COESÃO PÓS-2020

Domínios da Política Coesão	Linhas de Intervenção
<i>I. Inovação e Conhecimento</i>	
<i>Conhecimento base científica</i> e	<ul style="list-style-type: none"> • Participação das instituições de I&D regionais nas Agendas Temáticas de Investigação e Inovação, sobretudo em Domínios da Especialização Regional (Agro-alimentar, Florestas e Biodiversidade; Ciência urbana e Cidades para o futuro; Cultura e Património cultural; Economia circular; e Turismo, Hospitalidade e Gestão do Lazer) • Programas de Investigação orientados para as AC's e o Uso Eficiente da Água, incluindo investigação no âmbito da reciclagem de águas de uso doméstico • Avaliação da viabilidade da criação de um Centro de Investigação nas áreas da Agricultura, Água e Energia • Investigação, experimentação e inovação em culturas de regadio, montado, áreas protegidas e territórios de muito baixa densidade • Investimentos em I&D, experimentação e inovação: Realização de projetos conjuntos entre empresas e Centros de I&D para realizar investigação aplicada nas áreas da agricultura de regadio, transformação e criação de novos produtos • Promoção de apoios à investigação para a segurança alimentar, com certificação de produtos endógenos e tradicionais.
<i>II. Qualificação, Formação e Emprego</i>	
<i>Qualificação e Formação</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação regional da oferta formativa em áreas de especialização económica regional, do ensino básico à formação superior, incluindo o ensino profissional e os TeSP • Constituição de uma rede e sistema de acompanhamento de necessidades de formação para resposta ágil e atempada em função de solicitações decorrentes de projetos de acolhimento de novo investimento empresarial • Organização de fileiras de formação ao longo da vida que respondam aos perfis de procura das empresas nos setores estratégicos da economia regional e contribuam para a diversificação das valências de formação das entidades regionais (IES, Centros de Formação do IEFP) abrangendo diferentes níveis de formação (IV, V e VI)
<i>Emprego</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos de Inteligência competitiva envolvendo a indústria e as instituições de ensino (Básico, Secundário e Superior) • Programas de formação e capacitação para instituições dinamizadoras da animação local para o desenvolvimento, com criação de centros de recursos de suporte à atividade • Criação de centros de recursos de suporte ao empreendedorismo focado na valorização de recursos endógenos • Conceção e implementação de Programas Intermunicipais de Educação Ambiental. • Pactos Territoriais para a Empregabilidade

Domínios da Política Coesão	Linhas de Intervenção
III. Sustentabilidade demográfica	
<p><i>Promoção das condições necessárias à melhoria do saldo natural</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Atração de Residentes (nível regional e sua declinação no âmbito das prioridades de nível sub-regional - EIDT), incluindo apoios às empresas em matéria de estratégias empresariais de conciliação da vida profissional e da família • Plano de Comunicação para a atração de residentes, partilhado por toda a Região • Apoio a projetos de melhoria de condições de mobilidade entre centros urbanos • Dinamização do mercado de 2ª habitação para séniores nos aglomerados urbanos. • Programa Integrado de Promoção Externa e Captação (PIPEC) de IDE • Plano de comunicação de notoriedade da Região com diferenciação pelas áreas das CIM's, integrados por um conceito e uma imagem globais • Promoção internacional integrada do Alentejo - combinação do turismo com outras narrativas e "setores bandeira" da Região (agro-alimentar - vinhos, azeite, ...).
<p><i>Reforço da conciliação entre a vida familiar e a vida laboral: e.g. avaliação da rede de serviços às famílias</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conceção e execução de políticas de habitação municipais (recuperação de edifícios nos centros históricos, requalificação de habitação típica alentejana, dinamização do mercado de arrendamento, construção a custos controlados, ...) • Criação de serviços de apoio ajustados às necessidades de famílias jovens: creches e jardins de infância que assegurem cobertura ampla de rede e com flexibilidade de horários; unidades de saúde, ... • Intervenções de política municipal subordinadas ao quadro regional e sub-regional em que se inserem, designadamente a organização dos serviços municipais (habitação, educação, saúde, atendimento e acompanhamento personalizado de projetos de reinstalação) para o acolhimento de novos residentes.
<p><i>Melhoria dos saldos migratórios</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atração de escolas internacionais para a área de influência de concelhos com forte presença de investimento estrangeiro e/ ou imigrantes contribuindo para a retenção de quadros e famílias • Coordenação de atuações no seio do Serviço Público de Emprego (a nível supra-regional) estimulando a mobilidade profissional e geográfica.

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PORTUGAL 2030

**CONTRIBUTOS ESPECÍFICOS PARA OS DOMÍNIOS/ OBJETIVOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E COESÃO
DA POLÍTICA DE COESÃO PÓS-2020**

Domínios da Política Coesão	Linhas de Intervenção
IV. Energia e Alterações Climáticas	
<i>Cidades Inteligentes e Eficientes</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Eficiência energética nos equipamentos públicos e coletivos, no espaço urbano e no setor residencial, no quadro de processos de reabilitação e recuperação de áreas ou edifícios de interesse histórico e cultural • Apoio a programas de economia circular nas cidades • Programa-piloto transfronteiriço de economia circular para combate às alterações climáticas • Apoio à implementação de energias renováveis e promoção da eficiência energética em equipamentos e infraestruturas públicas
<i>Transição energética</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção de Plano de Mobilidade Eléctrica para o Turismo com estímulo à criação de frotas locais e sub-regionais de veículos para uso dos visitantes, compreendendo a instalação de postos de carregamento rápidos junto às unidades de alojamento • Execução do Plano Regional de Adaptação às AC's e das Medidas e Linhas de Ação dos Planos Intermunicipais.
V. Economia do Mar	
<i>Valor Acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a fileira da pesca e da produção aquícola e adaptar a capacidade de transformação do pescado ao potencial crescimento produtivo da aquicultura • Incentivar a concentração da oferta e a organização dos produtores de pescado • Programa de apoio à capacitação da pesca artesanal e de criação de mecanismos de comercialização.
<i>I&I e exploração de novos recursos e novas aplicações</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em redes internacionais de I&DT na área da gestão sustentável de recursos piscícolas e biodiversidade marítima • Apoiar as PME's em áreas e serviços de TIC associados às atividades marítimas e à transformação sustentável de recursos.
<i>Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o setor energético, através de energias renováveis “offshore” • Melhorar as acessibilidades tecnológicas e fomentar a utilização de soluções inovadoras sob a forma de serviços partilhados.
<i>Melhoria da competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Novos investimentos no Complexo portuário de Sines • Promover o transporte marítimo “(deepseashipping”, “short seashipping” e auto-estradas do mar), em articulação com o Porto de Sines e as plataformas multimodais.
VI. Redes e Mercados Externos	
<i>Competitividade dos territórios urbanos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a soluções inovadoras de requalificação dos centros urbanos e regeneração económica orientadas para a satisfação integrada das necessidades dos residentes e dos turistas (equipamentos e serviços) • Iniciativas integradas de recuperação de bolsas de património edificado urbano, experimentando modelos a utilizar na recuperação de centros históricos • Dinamização da fileira das indústrias criativas orientada para a produção de conteúdos, serviços culturais e outros que alimentam as redes de suporte à estadia dos visitantes e turistas • Dinamização de soluções de certificação de bens culturais • Implementação dos objetivos e das Linhas de Ação previstas nos PAMUS's sub-regionais • Cobertura da infraestrutura de banda larga segundo, as metas da Agenda Portugal Digital • Qualificação do sistema regional de saúde • Programas de animação e comunicação de territórios estruturados a partir de centros urbanos.

Domínios da Política Coesão	Linhas de Intervenção
VI. Redes e Mercados Externos	
<i>Projeção externa da faixa atlântica</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Internacionalização do complexo económico e logístico de Sines
<i>Inserção territorial no Mercado Ibérico</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Modernização e eletrificação da Linha ferroviária do Leste • Conclusão de eixos rodoviários vitais para a articulação do território • Cooperação no seio do Eurocidade Elvas/Campo Maior-Badajoz (I&DT, Educação, Cultura e Economia) • Constituição de “plataformas colaborativas transfronteiriças”.
VII. Competitividade e Coesão dos Territórios de Baixa Densidade	
<i>Crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de valorização económica de recursos ainda não aproveitados em termos de competitividade regional, designadamente na área do desenvolvimento turístico, integrando contributos de investimento em conhecimento, apoios ao investimento e empreendedorismo e à internacionalização • Aprofundamento da cadeia de valor das atividades da Pedra Natural (Zona dos Mármore e granitos do Alto Alentejo), com incorporação de conhecimento para criar novos materiais compósitos • Criação de “Fablabs” e residências artísticas, tendo por suporte um eco-sistema de amenidades urbanas e ambientais, em articulação com a promoção turística e a internacionalização das cidades • Investimentos nas empresas de comercialização, transformação e logística - Apoio à organização dos produtores para a transformação e comercialização; e Investimentos em infraestruturas de apoio à transformação e/ou comercialização dos produtos • Centros de Competências e de Acolhimento Empresarial e Logístico para empresas agro-alimentares • Valorização dos recursos agrícolas gerados pelos novos perímetros de rega (culturas e atividades agro-alimentares, com reforço do valor acrescentado no território).
<i>Diversificação da base económica</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento e recuperação das escombrelas, e demais passivos ambientais (Zonas dos Mármore e Faixa Piritosa) • Formação de mediadores de desenvolvimento para organizar uma Rede Regional de Mediação (animação económica, qualificação de promotores e apoio à valorização das artes, ofícios e produtos do Alentejo) • Qualificação e Animação económica do Património rural • Valorização do património histórico-cultural dos territórios com reutilização de equipamentos desativados ao serviço de projetos públicos (uso e fruição turística) • Dinamização socioeconómica dos territórios e das economias rurais (circuitos curtos de comercialização, valorização da dieta mediterrânica, ...) • Estruturação de rotas e itinerários experienciais direcionados para produtos de nicho com forte valorização internacional (seniores, turismo acessível, património material e imaterial reconhecido pela UNESCO) • Reconversão das acessibilidades ferroviárias com reutilização para fins turísticos de infraestruturas desativadas, criando rede de ciclovias e rotas pedonais, com ligação entre as já existentes • Dinamização de processos de requalificação de alojamentos para uso turístico, que os posicione em segmentos de maior valor acrescentado • Revisão, atualização e monitorização de um eficaz sistema de sinalização das principais atrações e rotas (turismo cultural e de natureza) • Dinamização de projetos turísticos que combinem recursos de paisagem e ambiente e património (arqueológico, edificado com valia arquitetónica, ...) estruturados e diferenciadores (turismo ambiental e científico).

Domínios da Política Coesão	Linhas de Intervenção
VII. Competitividade e Coesão dos Territórios de Baixa Densidade	
<i>Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes - ligações rural-urbano</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de reorganização e capacitação de serviços públicos em territórios de muito baixa densidade • Qualificação da Rede Regional de Equipamentos sociais • Qualificação da rede institucional de serviços coletivos e de equipamentos de proximidade • Adoção de soluções inovadoras de carácter móvel e outras que possibilitem a melhoria de acessibilidades aos serviços e equipamentos, incluindo os de índole turística.
VIII. Agricultura e Florestas	
<i>Aposta no desenvolvimento agrícola competitivo e no regadio</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção do uso eficiente da água de rega, incluindo os avisos de rega, a gestão da rega e auditorias aos sistemas de rega • Beneficiação das redes primária e secundária para minimizar as perdas de água nos canais de rega • Infraestruturas de rega: Conclusão das redes secundárias de rega e pequenas obras; Expansão das áreas regadas; Conclusão de Infraestruturas complementares associadas à rede de rega (p.e., rede viária; e eletrificação); e Investimentos de modernização de outros regadios públicos • Construção do Empreendedorismo Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato-Pisão (reserva estratégica de água e produção de energia hidráulica). • Programa de Combate às perdas de água • Investimentos na componente ambiental: Monitorização da qualidade da água, dos solos e da biodiversidade; Compensação ambiental; e Apoios diretos aos agricultores de regadio que se encontram em zonas vulneráveis por forma a adotarem práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis
<i>Reforço do potencial económico da floresta</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na otimização e eficiência das áreas agrícolas e dos sistemas de regadio • Garantir a concretização e otimização dos perímetros de rega da Região • Programa de sensibilização das famílias e cidadãos para um uso eficiente da água. • Investimentos na extensão, demonstração e formação: Realização de ações para difundir novas práticas, técnicas e culturas, por forma a assegurar um melhor desenvolvimento da agricultura de regadio. • Modernização e melhoria das condições de competitividade da atividade agrícola do Alentejo de Sequeiro, abrangendo economia de montado e os seus recursos cinegéticos, pecuários e de pequenas fileiras.
<i>Resiliência e prevenção de riscos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da sustentabilidade dos sistemas agrícolas em áreas não regadas criando soluções para minorar os efeitos da seca através da adoção de práticas culturais e de espécies resilientes que assegurem a regeneração dos ecossistemas mediterrânicos. • Reforçar as capacidades de gestão face a riscos naturais e antrópicos • Promover a produção de informação e do conhecimento técnico e científico na área das alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos.

Alentejo 2030

“Desafiar o Futuro”

**CONTRIBUTO REGIONAL PARA A
ESTRATÉGIA NACIONAL
PORTUGAL 2030**

DOCUMENTO BASE

março de 2018



Índice

Apresentação	1
I - VISÃO, DESAFIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O ALENTEJO NO PERÍODO 2020-2030	3
<i>I.1. Visão e Desafios Estratégicos</i>	3
1.1. Velhos e novos constrangimentos	4
1.2. Dinâmicas que importa reforçar e consolidar	9
1.3. Do Diagnóstico prospetivo Regional aos Desafios Estratégicos	13
<i>I.2. Desafios Estratégicos e Prioridades de intervenção para o Alentejo no período 2020-2030</i>	14
2.1. Desafios Estratégicos e arquitetura de Objetivos específicos	14
2.2. Prioridades no enquadramento de Objetivos de Política de Coesão pós-2020	16
II. ELEMENTOS-CHAVE DE DIAGNÓSTICO	21
2.1. Convergência e dinâmicas regionais	22
2.2. Inserção territorial	23
2.3. Constrangimento demográfico	24
2.4. Qualificação e Emprego	25
2.5. I&DT e Inovação	26
2.6. Recursos naturais - (Re)configuração em curso da base económica	28
2.7. Matriz SWOT	32

Apresentação

O **Contributo Regional do Alentejo para a Estratégia Nacional Portugal 2030** (CR Alentejo 2030) foi elaborado em resposta ao desafio lançado pelo Senhor Primeiro Ministro na reunião do Conselho Regional da CCDR Alentejo de meados de Janeiro de 2018. Nessa reunião foram apresentadas as traves mestras da proposta que tem vindo a ser preparada pelo Governo Português relativamente às prioridades de intervenção a salvaguardar no quadro da nova Política de Coesão pós-2020.

O desafio formulado enquadra-se numa perspetiva de enriquecimento da Estratégia Nacional 2030 com contributos das regiões que expressem os seus argumentos competitivos, numa lógica de alargamento da base territorial de competitividade da economia portuguesa, a robustecer com novas orientações e dinâmicas de investimento das políticas públicas e dos atores regionais (atuais e futuros).

O CR Alentejo 2030 foi elaborado tendo por base as seguintes principais componentes de trabalho:

- Documentos preparados em 2013/14 para suportar o atual período de programação [Plano de Ação Regional (PAR Alentejo, 2020) e as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) das sub-regiões do Alto Alentejo, Lezíria do Tejo, Alentejo Central, Litoral Alentejano e Baixo Alentejo]; estes documentos preparados com o envolvimento dos *stakeholders* regionais mantêm atualidade em dimensões estruturantes de Diagnóstico, Visão, Desígnios e Desafios;
- Elementos de Avaliação do INAlentejo e informação relativa a dinâmicas de aprovações e de execução do PO Alentejo 2020;
- Diagnóstico Regional no âmbito da revisão (em curso) do Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Reuniões sub-regionais para apresentação das prioridades preliminares nacionais para a Política de Coesão e discussão dos desafios estratégicos para a Região no horizonte 2030;
- Recolha de contributos dos *stakeholders* regionais, centrada na sistematização de elementos de: Diagnóstico, Visão e Desafios estratégicos, e Prioridades estratégicas regionais à luz da arquitetura de Eixos (Transversais e com Incidência territorial) do Documento do Governo; e
- Incorporação de tomadas de posição e de outras reflexões publicadas de personalidades com conhecimento aprofundado do Alentejo.

A preparação do CR Alentejo 2030 corresponde a um primeiro momento (de natureza mais imediata e visando uma resposta preliminar a um desafio concreto) de um processo mais vasto de planeamento e programação estratégica no horizonte 2030 que deverá decorrer ao longo de 2018 e 2019 e no qual serão envolvidos, em diversos momentos-chave, os diversos *stakeholders* regionais.

I - VISÃO, DESAFIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O ALENTEJO NO PERÍODO 2020-2030

I.1. Visão e Desafios Estratégicos

O período de programação Alentejo 2014-2020 foi concebido em torno de uma Visão para a Região que a projetava assim:

“Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia-ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.”

Uma Visão não se esgota num período de programação, por mais rico e eficaz que este se apresente. Mas, pressupondo que essa Visão foi concebida de modo pertinente e participado, como é o caso, ela é suscetível de ser enriquecida, ajustada, até corrigida em algumas das suas dimensões.

A Visão Alentejo 2020 foi definida partindo de uma realidade diferenciadora, com dimensões de inimitabilidade, condição necessária para um reconhecimento competitivo no País e no mundo. Essa realidade diferenciadora é a mais-valia ambiental da Região. Percebida por todos que nela vivem ou que a visitam, é quantitativamente reconhecida pelo Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) INE, na sua dimensão ambiental, com um valor de ISDR Ambiente acima da média nacional. A Visão Alentejo 2020 foi, assim, construída tendo por suporte a ideia segundo a qual a Região necessita de uma base produtiva que conviva, tire dela partido e enriqueça essa mais-valia ambiental, gerando por essa via a atração de residentes, investimento e emprego e com isso um modelo de competitividade sustentável e socialmente inclusiva.

O estado da arte da programação 2014-2020 em termos de compromisso e execução permite concluir que, no contexto da sua elaboração, essa Visão estava certa e proporcionava à Região um guião operativo para as escolhas públicas e para o cálculo económico privado, nacional e internacional, que olha para o Alentejo como um espaço de investimento e de criação de emprego. A Visão então formulada pode ser ajustada e enriquecida, reforçando o seu alcance operativo em termos de guião de escolhas públicas e de opções de investimento privado.

O enriquecimento da Visão Alentejo 2020 pode ser concretizado por duas vias complementares: por um lado, precisando constrangimentos, prestando atenção a novas emergências e robustecendo estratégias para a sua erradicação; por outro lado, identificando com mais precisão e engenho recursos e ativos suscetíveis de corporizar o casamento virtuoso e duradouro entre a excelência ambiental e a inovação produtiva. E, sobretudo, olhando com atenção para o que as dinâmicas de investimento apoiadas até ao momento neste período de programação nos revelaram ou quiseram dizer.

1.1. Velhos e novos constrangimentos

A mitigação do problema demográfico e a atração de investimento-emprego-residentes

A Região está hoje mais consciente e compreende melhor o seu constrangimento demográfico e a dimensão estrutural do mesmo. A debilidade projetada a longo prazo para o crescimento natural da Região há muito que deixou de poder ser colmatada no plano estritamente demográfico. Por mais importante que seja criar condições sociais, económicas e de organização familiar que potenciem o crescimento da taxa de fertilidade (conciliação da vida profissional e do trabalho e estatuto da mulher), o número de casais jovens residentes na Região já não é suficiente para que esse eventual aumento da taxa de fertilidade total possa colmatar por si só a debilidade do crescimento natural. É por isso fundamental aumentar o número de casais jovens residentes na Região e isso consegue-se por atração de investimento que potencie essa atração ou por condições de acolhimento a projetos de vida com alguma duração em torno de oportunidades de ocupação e emprego.

Um contexto desta natureza implica a necessidade de combinar intervenções de curto prazo orientadas para a mitigação e a gestão eficaz do desafio demográfico com estratégias de mais longo prazo focadas na atração de investimento-emprego- novos residentes e nos aumentos possíveis da taxa de fertilidade.

Mas o que o estado do País e do mundo nos diz é que essa atração de investimento e residentes é uma operação altamente concorrencial nos tempos de hoje. Em Portugal, uma massa significativa de territórios está nela empenhada. A massa crítica e volante de casais jovens ou de jovens *tout court* que está disponível para o fazer é já relativamente diminuta. A própria questão demográfica e a atração dos êxitos da diáspora explicam-no. No plano internacional, por mais que apregoemos as virtualidades conviviais de Portugal, o País não está no foco da mobilidade dos talentos, até porque no mundo perfilam-se estratégias cada vez mais agressivas de atração de talentos.

Como é óbvio, no Alentejo também se fala muito de atração de pré-reformados ou de reformados de rendimento relativamente elevado. Uma Região como o Alentejo com as suas amenidades não pode ignorar essa componente de atração que tem o seu papel a desempenhar. Mas, embora uma boa integração desses recursos possa proporcionar o prolongamento interessante de períodos de atividade e revelar-se como um elemento de revigoração físico e cultural de alguns territórios, o binómio investimento-emprego não tem nesta atração o mesmo alcance do anterior.

A Região começa a estar consciente desta realidade. Mas talvez não esteja ainda consciente das necessidades e desafios de organização que a atração de investimento-emprego-residentes implica. E por organização para o acolhimento entendemos acima de tudo o combate à atomização de iniciativas e a manutenção de um foco de comunicação coerente, consistente e ajustado aos públicos que se pretende atrair. Mas a capacidade de organização não se fica pela criação de condições para o

acolhimento. Implica também *organizar o território, a vida coletiva e os serviços públicos para a transição demográfica*.

A questão da água - entre as alterações climáticas e as dinâmicas do regadio e agro-transformação

O desenvolvimento do período de programação 2014-2020 mostra que a Região e os seus centros produtores de conhecimento estão conscientes e despertados para o tema das mudanças climáticas e para a sua incidência na Região. Assim o mostram as iniciativas em curso no âmbito da descarbonização de cidades, territórios e atividades; assim também o mostra o pioneirismo da Agenda Regional no âmbito da Economia circular e dos instrumentos relativos à adaptação às alterações climáticas: Estratégias Regional e Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas, Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas e Planos Setoriais de Adaptação às Alterações Climáticas.

A dimensão das alterações climáticas que requer mais amadurecimento está relacionada com o aumento de temperatura e a diminuição da pluviosidade, vetores de maior preocupação e impacto em todos os setores. Questões como a da eficiência da utilização do recurso água (incluindo processos de reciclagem), a do círculo vicioso da seca, da erosão de solos, da perda de biodiversidade e, principalmente, a questão água como critério de escolha e de definição de padrões de utilização de atividade económica em função do seu consumo, exigem maior ponderação e opções consequentes. A representação que o Alentejo tem no mapa dos territórios com situação de seca extrema exige atenção, pode ser mitigada, mas deve ser considerada na perspectiva de médio-prazo dada a sua provável repercussão na agricultura regional.

O setor agrícola assume, todavia, primordial relevância para o desenvolvimento sustentável e para a valorização do mundo rural da Região dadas as condições únicas do território (naturais, de solo, edafo-climáticas e de saber fazer) para produções de qualidade reconhecida internacionalmente e para o dinamismo que as atividades do Complexo Agro-Florestal revestem pelo potencial próprio para rentabilizar e consolidar os investimentos realizados, a montante, nos aproveitamentos hidroagrícolas.

O desenvolvimento dos aproveitamentos existentes, a par dos projetos aprovados e candidatos ao Programa Nacional de Regadio 2022 nas diferentes sub-regiões do Alentejo pode contribuir ativamente para o objetivo da competitividade, agrícola e agroindustrial (com a criação de valor e emprego e de impacto positivo na balança comercial) e para a adoção de medidas de adaptações às alterações climáticas. Paralelamente, deverão ser consolidados todos os processos de gestão da água, bem como de gestão integrada e eficiente do uso do solo e energia com recurso ao conhecimento científico e tecnológico disponível e em aprofundamento, nomeadamente, nas IES e Unidades de I&D do Alentejo.

O reforço da cadeia de valor deve envolver o apoio a investimentos de modernização dos aproveitamentos hidroagrícolas, de manutenção de elevados padrões de qualidade e, ainda, de criação

de incentivos ao aparecimento de agroindústrias e de plataformas comerciais e de logística associadas aos Perímetros de Rega, bem como de serviços de apoio.

A questão dos vários Alentejos

A Entidade Regional do Turismo do Alentejo tem desenvolvido um esforço notório de valorização integrada de todo o território alentejano, designadamente através da paleta de produtos e de uma imagem comunicacional que incorpora a diversidade dos recursos turísticos da Região. Esse esforço é extensivo à própria Lezíria do Tejo, cuja incorporação no todo alentejano não é nem fácil nem automática.

Entre a Lezíria do Tejo, o Alentejo Litoral, o Baixo Alentejo, o Alentejo Central e o Norte Alentejano, para lá da necessária e virtuosa autonomia estratégica que os territórios devem manifestar para uma saudável territorialização de políticas públicas, subsistem perspetivas não necessariamente harmonizadas quanto à perspetiva do todo que as estratégias sub-regionais devem servir e enriquecer. Poderá dizer-se que o alcance das estratégias sub-regionais diferenciadas será tanto mais vasto e consistente quanto mais a sua perceção e representação na Visão Alentejo forem mais fortes e assumidas.

Esta questão não constitui apenas um desafio e uma responsabilidade das CIM que inscrevem a sua atividade naqueles cinco espaços. Trata-se também de um desafio e responsabilidade de investimentos públicos de alcance estratégico regional (como o é, p. ex., a ligação de caminho de ferro Sines-Évora-Elvas-Caia-Badajoz que fortalece a importância estratégica de Sines do Alentejo Litoral) e outros investimentos que reforcem a participação no todo alentejano de territórios como o Norte Alentejano e o Baixo Alentejo, com destaque para os investimentos que assegurem melhores condições de mobilidade no interior da Região e entre as suas âncoras de sistema urbano.

A melhoria das condições de mobilidade é indispensável para mitigar os efeitos da baixa densidade e da reduzida massa crítica demográfica (cf. PROT Alentejo).

O quadro de investimentos públicos para a Região é crucial para que as diferenciações das estratégias sub-regionais não atomizem, antes enriqueçam, a perspetiva e a afirmação do todo. Este é um elemento da Visão Alentejo que está hoje mais claro e que requer intervenções consequentes.

A ainda incipiente, apesar dos progressos observados, consolidação do sistema de inovação

Por mais importante que seja acentuar numa região como o Alentejo as prioridades da coesão social e territorial e do crescimento inclusivo em geral, as apostas europeias na competitividade, na inovação e nas estratégias de especialização regional inteligente (RIS 3) vieram para ficar e as políticas de coesão

não as podem de todo ignorar, quaisquer que sejam os rumos da negociação da alocação de Fundos Estruturais ao novo período de programação.

Neste contexto prospetivo, a Visão Alentejo 2030 não pode ignorar, apesar dos progressos alcançados, o constrangimento do sistema regional de inovação, dada a forte relevância do conhecimento para a construção de um modelo produtivo capaz de valorizar a excelência ambiental e as amenidades da Região.

A resposta a este constrangimento deve ser dinâmica. Ou seja, deve em primeiro lugar valorizar e consolidar todos os passos, entretanto, dados em direção à referida consolidação, não hesitando na discriminação positiva do que se vai afirmando. Deve ainda interagir virtuosamente com as dinâmicas de nova localização empresarial observadas na Região (aeronáutica, energias renováveis, logística de transportes, ...) conquistando a procura de conhecimento e de serviços que essa localização possa abranger. E, por fim, não pode ignorar a desejável estratégia de colaboração/cooperação das instituições universitárias e politécnicas da Região e dos centros de investigação e de transferência de conhecimento que gravitam em seu redor seja com o potencial científico e tecnológico da região de Lisboa (capitalizando relações de proximidade), seja ainda com instituições espanholas com disponibilidade e experiência de relacionamento transfronteiriço.

Competências para um novo paradigma produtivo

Com base nas suas instituições de formação superior (IP Santarém, IP Beja, IP Portalegre e Universidade de Évora) e no engenho de algumas parcerias na Região e fora dela, tem sido possível colmatar necessidades de formação determinadas pelo afluxo de novos investimentos ao Alentejo (veja-se, p. ex., o caso da aeronáutica e de alguns projetos no domínio das tecnologias de informação). Mas se é verdade que as instituições de formação superior têm procurado estar à altura das exigências, não é menos verdade que tais instituições se têm de confrontar com modelos de financiamento e de captação de recursos públicos cuja aplicação não estimula suficientemente o contributo das mesmas para o desenvolvimento regional.

Ora a transformação do paradigma produtivo em curso na Região, e que a estratégia Alentejo 2030 visa reforçar, suscita a procura de novas qualificações e processos complexos de reconversão de competências, mitigando riscos de marginalização de ativos ditada pela disseminação da inovação. Sobretudo, exige-se agilidade na engenharia ágil de montagem de processos de formação de qualificação e competências em estreita articulação com as estratégias de atração de investimento, antecipando algumas tendências e evidenciando flexibilidade na resposta.

No âmbito da estratégia de atração de residentes jovens à procura de uma nova oportunidade de emprego e usufruto das amenidades da Região, as formações pré-escolar, básica e secundária

correspondem a ativos relevantes na atração de casais jovens com filhos respondendo, em simultâneo, à necessidade de oferecer educação de excelência aos jovens já nascidos na Região. Neste domínio de prioridade, integra-se a questão do ensino profissional, cuja oferta de qualificações intermédias nível IV tem também um papel a desempenhar na construção de uma oferta coerente ao serviço de um novo paradigma produtivo da Região.

Num quadro mais vasto de (re)organização de fileiras formativas que respondam à procura dos jovens e ativos (empregados e desempregados) e à procura de qualificações por parte das organizações empregadoras, sinalizam-se dois desafios para as entidades de educação e formação:

- Constituição de redes com ofertas formativas de Ensino Superior dirigidas à formação superior inicial, avançada e ao longo da vida; e
- Dinamização de modalidades de aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente de iniciativa do serviço público de emprego e formação, que permitam responder a novas procuras empresariais em fase de instalação (regionais e extrarregionais), dinamizando uma oferta mais profissionalizante, a par de ofertas de formação mais especializada.

Desenvolvimento urbano, ruralidade e excelência ambiental: a integração necessária

Nas condições de transição e desafio demográfico que o Alentejo enfrenta, o sistema urbano regional não pode, compreensivelmente, aspirar ao desenvolvimento de centros urbanos de grande magnitude, sob pena da coesão territorial da Região estar em risco e com isso a perda irreversível de energia de alguns territórios. Por isso, percecionado não só como constrangimento, mas também como um potencial de grande alcance, tratar-se-á de promover um sistema urbano suficientemente robusto em termos da dimensão funcional dos principais centros urbanos - numa perspetiva de qualificação, especialização e complementaridade de funções, mas também com uma escala de convivialidade ajustada às características da Região. A pequena e média dimensão urbana apresenta um elevado potencial de harmonia com a excelência ambiental e a qualidade da paisagem rural e pode constituir um ativo diferenciador na atração de investimento, emprego e de novos residentes.

As operações de qualificação urbana enquadradas pelos PEDU e PARU no horizonte 2020 deverão evoluir para modelos de intervenção que estimulem efetivamente a regeneração e valorização urbanística e a potenciação dos valores patrimoniais existentes, promovendo a requalificação e centralidade dos aglomerados urbanos estruturantes, com valorização dos espaços públicos, reabilitação e revitalização do edificado e das funções especializadas/diferenciadoras, apoiando operações que utilizem tecnologia inovadoras (reciclagem de águas, utilização de energia solar, ...).

Uma estratégia de mobilidade sustentável, intra e inter-urbana, que assegure a articulação do sistema urbano com um sistema de transportes eficiente e a complementaridade entre o sistema urbano e o

espaço rural, assume na resposta a este constrangimento uma importância crucial. Uma região com baixo potencial demográfico pode ser, mesmo assim, uma região dinâmica nos fluxos de pessoas, sendo para isso necessário que os padrões de mobilidade o potenciem.

As Associações de Desenvolvimento Local (ADL's) têm desenvolvido um trabalho meritório de revigoração das zonas rurais (Abordagem LEADER, DLBC Rural e Costeiro, ...), conjugando atividades tradicionais e soluções de modernidade para aproveitamento dos recursos e potencialidades locais, numa perspetiva de complementaridade entre territórios, favorecedora da diversificação económica e social, através da animação e do empreendedorismo de muito pequena escala. O contributo dos espaços rurais para os objetivos da competitividade dos territórios de baixa densidade tem procurado dinamizar atividades económicas que têm atualmente uma menor ligação com a atividade agrícola e que podem contribuir para limiares sustentáveis de vitalidade social e económica do espaço rural.

As experiências do PROVERE (InMotion - Alto Alentejo; Recursos Silvestres - Baixo Alentejo; Montado de Sobro e Cortiça; ...) permanecem como referências conseguidas e com margem de progressão, sobretudo, porque se encontram assentes em temas muito concretos e específicos que favoreceram o enunciado prévio de fatores críticos e condições favoráveis para a concretização bem sucedida de projetos: identificação rigorosa de recursos e produtos, ancoragens técnicas robustas, estudo de mercados, formas de governação territorial, com capacidade para mobilizar parceiros privados, focalização em resultados e modalidades atrativas de disseminação.

1.2. Dinâmicas que importa reforçar e consolidar

O turismo, a coesão territorial e o alargamento da base territorial de competitividade

A estratégia e a programação turísticas da Região têm contribuído relevantemente para uma lógica de valorização de recursos com potencial de aproveitamento turístico, a qual, para além de valorizar a ideia de coesão territorial, não deixa por isso de manter a Região competitiva. Isto não significa que não existam por vezes focos de atomização turística, com mensagens nem sempre coerentes em termos da imagem de Região que se pretende comunicar.

Face aos resultados até agora conseguidos, o potencial integrador e de coesão territorial do turismo, supera as manifestações pontuais de atomização, constituindo nessa medida uma dinâmica a consolidar.

O turismo constitui uma atividade em que se compreende bem que ativos competitivos são bem mais do que somatórios de recursos, mas antes combinações inteligentes desses recursos para que a procura reconheça nessas combinações a esperada inimitabilidade que faz a diferença. O portefólio de produtos da Região expressa bem a riqueza existente para tais combinatórias de recursos, da cultura e

património, às atmosferas e amenidades, passando pela excelência ambiental, pela gastronomia, pela economia do vinho, pela praia que ainda é praia.

No entanto, face ao potencial da Região, a criação de produtos turísticos e a qualificação das funções culturais e turísticas, que contribuam para o acréscimo da estadia média dos turistas nos territórios do Alentejo, deve merecer particular atenção.

Há imenso espaço por aproveitar em termos de contributo e incorporação de investigação e conhecimento, ao serviço da valorização de recursos em ativos e transformando o turismo como oportunidade de valorização da Estratégia de Especialização Inteligente do Alentejo. Assim concebido, o turismo corresponde a uma dinâmica que corporiza e aplica a Visão que se pretende afirmar para 2030.

A extensa frente marítima da fachada atlântica do território alentejano detém um elevado potencial, pelas suas características naturais e também pelos recursos diversificados que proporciona ao desenvolvimento da Região. Tal decorre das atividades tradicionais (atividades pesqueiras, marítimo-turísticas, de apanha de percebes, ...) e de novas atividades emergentes de produção de energia, biotecnologia e química, particularmente a investigação e exploração de novas alternativas nos domínios da alimentação, medicina, transportes e saúde. Ainda na área da Economia do Mar, a costa alentejana apresenta também condições favoráveis para o desenvolvimento da aquicultura com espécies inovadoras.

Novas dinâmicas de investimento: a relevância simbólica dos novos fluxos

A grande generalidade dos *stakeholders* regionais auscultados neste processo converge claramente na valorização de tendências de mudança que estarão a observar-se na Região em termos de padrão de novos investimentos empresariais. Por mais relevantes e simbólicos que os novos fluxos de investimento possam apresentar-se, eles não podem fazer esquecer as tendências pesadas do sistema produtivo regional, suficientemente reconhecidas e diagnosticadas nos trabalhos de preparação do período de programação Alentejo do 2014-2020. Mas os novos fluxos, apesar de não inverterem por si só os constrangimentos identificados, através do seu valor simbólico, têm um papel crucial a desempenhar mostrando que a mudança é possível e a Região teve atratividade para os seus promotores.

Na verdade, as dinâmicas observadas em torno do *Cluster* aeronáutico (com o Alentejo a assumir uma relevante expressão de clusterização de atividades nos investimentos empresariais dos pólos de Évora, Ponte de Sor, Beja e Grândola), os aproveitamentos empresariais na lógica de fins múltiplos do Alqueva, a aposta no fotovoltaico, o ressurgimento do potencial de exportação do agroalimentar, dos hortofrutícolas e das economias do vinho e do azeite, os investimentos no âmbito das novas agriculturas

e toda a logística que o papel de Sines e da sua conexão com a fronteira do Caia vai representar - constituem símbolos manifestos de um novo Alentejo produtivo, claramente mais internacionalizado.

A valorização dos novos fluxos não pode equivaler a ignorar todo o potencial de inovação do existente. Mas os novos fluxos não trazem apenas à Região novo investimento, trazem novos rostos e o rejuvenescimento da própria estrutura empresarial constitui em si próprio uma mudança relevante. Os novos rostos chegados à Região são ativos para a atração de investimento e emprego, interessando por isso explorar o que eles pensam da Região, do modo como se situam face aos seus constrangimentos e como valorizam o seu potencial.

A maturação do modelo de organização intermunicipal

Num contexto em que no âmbito da prestação de serviços e da relação de proximidade aos residentes eleitores, os municípios da Região têm vindo a fortalecer e a amadurecer a sua intervenção. Em simultâneo, a Região tem assistido também a um amadurecimento da organização intermunicipal de base sub-regional protagonizada pelas CIM.

O protagonismo e a consistência da organização intermunicipal, se bem que seja fruto das oportunidades que as políticas públicas, nos diferentes períodos de programação, têm aberto ao desenvolvimento de processos de planeamento de âmbito sub-regional, não deixam também de ser o reflexo de ponderadas avaliações de partilha de serviços entre os municípios e as CIM. As dinâmicas observadas neste domínio apresentam ainda uma ampla margem de desenvolvimento. A partilha de serviços entre os municípios e as CIM tem evoluído de forma incremental, mas ponderada e sustentadamente. Os centros de recursos e atividades partilhadas coordenadas pelas CIM correspondem a uma cuidada avaliação, registando-se evidências de que tal caminho tem libertado recursos técnicos e humanos nos municípios para, numa situação de restrição de recursos, aprofundar a intervenção municipal e dar resposta aos problemas municipais. As CIM enfrentam ainda dificuldades na constituição dos referidos Centros de Recursos que assumem a gestão de serviços partilhados. À medida que a comparação entre os custos e os benefícios dessa partilha de serviços se tornar mais clara para os atores municipais, as CIM encontrarão as vias mais pertinentes e eficazes para o seu fortalecimento.

A maturação progressiva do modelo de organização intermunicipal, em devida e coordenada articulação com o papel da CCDR Alentejo e do seu Conselho Regional, constitui um importante ativo para a territorialização de políticas públicas na Região, num modelo de governação multinível. O nível sub-regional constitui um instrumento relevante de racionalização do investimento público, desde que as estratégias sub-regionais representadas nas EIDT enriqueçam, na sua diversidade, a estratégia regional.

A dinâmica de organização intermunicipal constitui, assim, um instrumento de ajuda do papel dos municípios na resposta aos desafios estratégicos da Região e à mitigação dos principais constrangimentos.

Os ganhos de notoriedade da Região

Face a períodos de programação anteriores, observam-se ganhos visíveis de notoriedade nacional e internacional da Região que importa capitalizar. Essa notoriedade não é apenas o resultado da estratégia e da programação turística da Região, a qual tem contribuído para a afirmação da sua imagem global, combatendo a ineficiente atomização. É também o resultado de investimento empresarial que olha para o território como parte integrante da sua estratégia de internacionalização, do esforço de municípios e CIM nessa mesma internacionalização, da afirmação das suas Cidades mais relevantes e das atividades e eventos culturais que vão conquistando o seu próprio espaço de notoriedade.

Lenta, mas progressivamente, a notoriedade da Região está para além do fator de proximidade com a grande aglomeração metropolitana de Lisboa. Esta conquista de um espaço mais amplo de notoriedade, nacional e internacional, é crucial para a estratégia de atração de investimento-emprego-residentes.

A Visão Estratégica Alentejo 2030

“Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais (naturais e construídos), de amenidades e de conhecimento e competências, aberto para o mundo e que transforma a sua base económica valorizando mais-valias ambientais e atraindo residentes, visitantes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.”

1.3. Do Diagnóstico Prospetivo Regional aos Desafios Estratégicos

O **Contributo Regional para a Estratégia Nacional 2030** é construído a partir de um Diagnóstico prospetivo regional cujos traços principais sinteticamente se apresentam:

Ativos estratégicos	Fatores condicionantes
<ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento geoestratégico na relação entre a fachada atlântica e a fronteira, com proximidade à AM Lisboa; • Dotação de infraestruturas de logística e transporte marítimo de escala internacional; • Amenidades urbano-ambientais do território, incluindo uma rede de cidades médias com centros históricos de qualidade; • Recursos naturais do solo e sub-solo, com tradição renovada de aproveitamento económico, incluindo os sistemas culturais mediterrânicos; • Fileiras de especialização económico-produtiva com capacidade exportadora (Recursos Minerais; Montado de Sobro; Agro-alimentar; Aeronáutica; Produtos Turísticos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Vitalidade demográfica comprometida, na ausência de saldos migratórios positivos de população ativa, com implicações negativas na requalificação e desenvolvimento do tecido económico-empresarial; • Níveis de desertificação física com erosão dos solos e perda de biodiversidade; • Vulnerabilidade da orla costeira; • Dinâmica das alterações climáticas (aumento da temperatura, diminuição da pluviosidade...); • Limitações dos sistemas e redes com potencial de transferência de tecnologia e de aplicação económica do conhecimento; • Escassez de mão-de-obra adaptada às necessidades, existentes e emergentes, do mercado de trabalho; • Desvitalização social e económica com encerramento de funções administrativas e económicas, condicionando o potencial para atrair e fixar novos residentes, indispensáveis à revitalização do Território; • Mobilidade intra-regional reduzida afetada por sistemas de transportes públicos inadequados às necessidades dos fluxos económicos pendulares; • Sustentabilidade problemática das redes de saúde e proteção social.
Tendências pesadas	Tendências mais recentes
<ul style="list-style-type: none"> • Afirmação das grandes infraestruturas como motores de crescimento (reservas estratégicas de água, redes rodo-ferroviárias, complexo portuário e logístico de transporte e distribuição); • Despovoamento e declínio económico dos territórios de muito baixa densidade; • Transformação dos padrões de uso da terra, com a emergência das novas agriculturas que beneficiam da existência de água; • Estruturação de produtos turísticos com potencial de procura crescente dirigida aos vários Alentejos, e com efeitos induzidos sobre as atividades agro-alimentares, de reabilitação urbana e valorização do património. 	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento público na infraestruturação de pólos de I&DT em áreas de especialização regional (TIC, Tecnologias do Ambiente, do Solo e da Água, Biotecnologias e sistemas culturais mediterrânicos, e Ciências do Património); • Estruturação do Cluster Aeronáutica, Espaço e Defesa com componentes produtivas (aeronaves tripuladas e não tripuladas - drones e peças acessórias) e de formação de vários segmentos profissionais com procura crescente; • Investimentos na Energia fotovoltaica; • Afirmação de trajetórias sub-regionais diferenciadas de crescimento económico e oportunidades de emprego.

Este conjunto denso e dinâmico de vetores, presentes e prospetiváveis no Alentejo, fundamenta a identificação de **Desafios estratégicos no horizonte pós-2020**.

Desafios Estratégicos
<ol style="list-style-type: none"> 1. Revitalização demográfica e mitigação dos efeitos penalizadores do duplo envelhecimento/Atração de investimento - emprego - residentes 2. Sustentabilidade do Desenvolvimento Regional - Mitigação de riscos ambientais e Gestão da Água 3. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo 4. Alargamento da base territorial da competitividade, combinando a valorização económica integrada de recursos e ativos estratégicos 5. Reforço do sistema urbano regional e da integração dos recursos / ativos urbanos e rurais de excelência ambiental.

1.2. Desafios Estratégicos e Prioridades de intervenção para o Alentejo no período 2020-2030

2.1. Desafios Estratégicos e arquitetura de Objetivos específicos

Os Desafios estratégicos (DE) enunciados são aprofundados em torno da fixação de um Objetivo estratégico (OE) e de uma arquitetura de Objetivos específicos (Oe) formulada nas tabelas seguintes.

DE 1. Revitalização demográfica e mitigação dos efeitos penalizadores do duplo envelhecimento/ Atração de investimento - emprego - residentes
<i>OE 1 - Mitigar os efeitos do duplo envelhecimento por via de uma estratégia integrada de investimento-emprego-residentes</i>
<p><i>Oe 1.1.</i> Conceção e gestão de um Programa de Atração de Residentes de base regional, dotado de prioridades sub-regionais que reflitam recursos e dinâmicas de iniciativa dos territórios, combinando atuações de política municipal, regional e nacional e estímulos às empresas orientados para a conciliação da atividade profissional e da vida familiar.</p> <p><i>Oe 1.2.</i> Promoção da empregabilidade de diplomados nas IES regionais estimulando a sua fixação em concelhos do Alentejo (requalificação de habitação e incentivos ao arrendamento).</p> <p><i>Oe 1.3.</i> Enquadramento de fluxos de mão-de-obra imigrante na ótica da fixação permanente (condições económicas, de habitação, escolares e de saúde e proteção social), com intervenção regional pioneira no campo da política nacional de imigração.</p> <p><i>Oe 1.4.</i> Monitorização da implementação e resultados das medidas de política e intervenções co-financiadas que direta e indiretamente contribuam para a sustentabilidade demográfica (Domínio transversal).</p> <p><i>Oe 1.5.</i> Conceção e gestão de um instrumento integrado de Promoção externa e Captação de Investimento Direto Estrangeiro (IDE).</p> <p><i>Oe 1.6.</i> Promoção da notoriedade da Região através de instrumentos de comunicação e marketing que assegurem a diferenciação sub-regional (os vários Alentejos), integrados por um conceito e uma imagem globais para a Região.</p>
DE 2. Sustentabilidade do Desenvolvimento Regional - Mitigação de riscos ambientais e Gestão da Água
<i>OE 2 - Promover modelos de afetação de recursos e de investimento que incorporem proactivamente as alterações climáticas e a utilização eficiente da água</i>
<p><i>Oe 2.1.</i> Conceção, Desenvolvimento e Monitorização de instrumentos de planeamento, programação e ação para a sustentabilidade (nomeadamente, Estratégias Regional e Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas, Planos Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas e Planos Setoriais de Adaptação às Alterações Climáticas).</p> <p><i>Oe 2.2.</i> Promoção do uso eficiente do capital natural (solo, água, biodiversidade) no quadro das alterações climáticas que atingem a Região e do combate à desertificação e ao despovoamento.</p> <p><i>Oe 2.3.</i> Estímulo à otimização e eficiência dos perímetros de rega da Região e monitorização da qualidade de água e da sua utilização eficiente, dos solos e da biodiversidade, apoiando os agricultores na adoção de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis.</p> <p><i>Oe 2.4.</i> Desenvolvimento da Investigação Científica nos domínios da desertificação física e social, adaptação às Alterações Climáticas e Gestão de Água (reavaliação da viabilidade da criação de um Centro de Investigação nas áreas da Agricultura, Água e Energia).</p> <p><i>Oe 2.5.</i> Desenvolvimento de soluções orientadas para a obtenção de ganhos de eficiência energética e de poupança de água nos diversos segmentos de consumo (Administração Pública, transportes, habitação, atividades económicas, ...), a par da incorporação gradual de fontes renováveis no “mix” energético regional.</p> <p><i>Oe 2.6.</i> Reforço das reservas estratégicas de água na ótica do abastecimento público, da mitigação de efeitos das alterações climáticas e do alargamento das áreas regáveis.</p> <p><i>Oe 2.7.</i> Valorização socioeconómica dos serviços prestados e externalidades positivas geradas pelos ecossistemas a par da criação de apoios específicos dirigidos aos territórios de baixa densidade, não beneficiados pelo investimento público nos perímetros de rega.</p>

DE 3. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo

OE 3 - Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região com consolidação do seu Sistema Regional de Inovação, estratégia de especialização inteligente e da sua capacidade de formação de competências

Oe 3.1. Revitalização do SRTT e das suas âncoras (PACT, RRTT, incubadoras e outras infraestruturas de C&T objeto de Mapeamento) orientada para a produção de conhecimento científico e técnico; e a transferência organizada de conhecimento e tecnologia para as empresas e outras organizações.

Oe 3.2. Reorganização da oferta educativa profissional e superior (TeSP, Licenciaturas e Mestrados, e Formação Avançada) orientada predominantemente para a procura de competências dos setores da especialização regional.

Oe 3.3. Planeamento e programação estratégica da oferta de formação profissional com definição de perfis, programas e metodologias de formação segundo orientações resultantes da cooperação entre a ANQEP, as entidades de formação escolar e profissional, as Associações Empresariais Regionais e setoriais, as CIM's e a Entidade Regional de Turismo.

Oe 3.4. Formação de competências orientadas para a procura efetiva de empresas em expansão ou em instalação, mediante acompanhamento dos processos de investimento em curso, construindo soluções à medida das necessidades identificadas e estimulando a mobilidade profissional e geográfica dos ativos.

Oe 3.5. Incentivo à contratação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados por parte das empresas contribuindo para a renovação permanente dos fatores dinâmicos de competitividade económica e empresarial.

DE 4. Alargamento da base territorial da competitividade, combinando a valorização económica integrada de recursos e ativos estratégicos

OE 4 - Mobilizar intensa, integrada e alargadamente recursos e ativos estratégicos de todo o território da Região

Oe 4.1. Estruturação e Desenvolvimento do Cluster Agroalimentar com integração dos diversos elos da cadeia de valor a nível regional, através da incorporação de conhecimento e inovação de proximidade e do estímulo à criação empresarial de atividades de transformação e comercialização.

Oe 4.2. Reforço da expressão regional do Alentejo no Cluster Nacional da Aeronáutica, Espaço e Defesa, através do desenvolvimento de recursos, competências e argumentos competitivos dos núcleos existentes.

Oe 4.3. Qualificação dos produtos turísticos do Alentejo-Ribatejo com incorporação permanente de conhecimento, competências e inovação nas empresas e em outras unidades de prestação de serviços (Turismo e Património), explorando as possibilidades abertas com o conceito e práticas do "Smart Destination".

Oe 4.4. Desenvolvimento económico do Cluster Portugal Mineral Resources (Pedra Natural e Minerais metálicos e não metálicos), abrangendo a mitigação dos passivos ambientais existentes

Oe 4.5. Revisão/realinhamento da EREI Alentejo, em função das dinâmicas observadas e dos resultados alcançados na programação 2020.

Oe 4.6. Qualificação das Áreas de Acolhimento Empresarial e de Logística.

Oe 4.7. Construção de ligações rodoviárias e de interfaces à Linha Ferroviária Sines-Elvas/Caia e de acesso à Plataforma Logística do Caia, geradores de sinergias indispensáveis para a valorização económica das produções da envolvente do território da ferrovia e da Plataforma.

Oe 4.8. Dinamização da cooperação económica transfronteiriça e internacional, via criação de uma rede de extensão empresarial, dotada de programa de ação e instrumentos (incentivos às empresas, bolsa de estágios profissionais, ...).

Oe 4.9. Promoção da competitividade económica dos aglomerados de suporte às áreas rurais.

Oe 4.10. Criação de centros de recursos de suporte ao empreendedorismo focado na valorização de recursos endógenos (abordagens DLBC e PROVERE).

Oe 4.11. Assistência técnica qualificada para promoção e capacitação do desenvolvimento e o emprego nos territórios.

DE 5. Reforço do sistema urbano regional e da integração dos recursos /ativos urbanos e rurais de excelência ambiental

OE 5 - Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região simultaneamente como fator de competitividade e coesão territorial

Oe 5.1. Promoção de intervenções de requalificação e regeneração, orientados para a melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos estimulando a fixação de residentes.

Oe 5.2. Robustecer a dimensão funcional dos centros urbanos estruturantes (qualificação, especialização e complementaridade).

Oe 5.3. Melhoria da conectividade interna, no sentido de reforçar a complementaridade entre centros urbanos e uma maior integração das cidades com os territórios envolventes.

Oe 5.4. Racionalizar e qualificar a rede pública de equipamentos e serviços de proximidade.

Oe 5.5. Qualificação do Sistema Regional de Saúde, atenuando a cobertura insatisfatória de serviços e cuidados de saúde (equipamentos e valências especializadas) e reforçando o seu papel na atração de novos residentes.

Oe 5.6. Constituição de plataformas colaborativas transfronteiriças no domínio da mobilidade e do acesso a serviços.

2.2. Prioridades no enquadramento de Objetivos de Política de Coesão pós-2020

No exercício de identificação de prioridades constata-se que os referenciais de planeamento e programação estratégica trabalhados em 2013/14 para o horizonte 2020 pela CCDR Alentejo e pelas CIM's, com larga participação dos *stakeholders* regionais, no essencial se mantêm válidos para orientar as prioridades de desenvolvimento para a próxima década.

Tanto o Plano de Ação Regional Alentejo 2020 como as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial das sub-regiões se encontram numa fase inicial do seu ciclo de vida de enquadramento de respostas às necessidades dos territórios, através de Planos de Ação que têm experimentando condicionantes de implementação de vária ordem¹.

Neste enquadramento, a identificação de prioridades procura estabelecer uma relação dinâmica com a Visão e os Desafios estratégicos, no patamar de **Objetivos específicos**. Estes procuram acomodar prioridades de ciclo longo que convocam uma implicação positiva com políticas públicas setoriais, entretanto, desenhadas para o referencial 2030. Entre essas políticas destacam-se as seguintes:

- *Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, ONU* - contempla objetivos relevantes para o Alentejo, nomeadamente: Trabalho digno e crescimento económico; Indústria, inovação e infraestruturas; Cidades e comunidades sustentáveis; e Ação climática;
- *Inovação Tecnológica e Empresarial (2018-2030)* - orientada para garantir a convergência de Portugal com a Europa até 2030 através do aumento da competitividade da economia, baseada na ID&I e na melhoria das condições de emprego qualificado;
- *Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030* - pretende posicionar Portugal no topo dos países europeus em competências digitais, através do estímulo à empregabilidade, captação e especialização profissional em tecnologias e aplicações digitais e da participação em redes internacionais de I&D e de produção de novos conhecimentos nas áreas digitais;

¹ A este título, a maior parte dos contributos processados remete frequentemente para a eficácia e eficiência do modelo de governação e da combinatória de instrumentos de financiamento dos Pactos de Desenvolvimento e Coesão Territorial/ ITI e respetiva implementação.

- *Programa Nacional de Regadios 2022* - no âmbito do qual estão previstas três dezenas de intervenções na Região, entre projetos aprovados e projetos candidatos ao PDR 2020 e a financiamentos BEI e CEB;
- *Portugal Espaço 2030* - Estratégia que estabelece interações com o Cluster Aeronáutico, Espaço e Defesa e que visa desenvolver a capacidade e competências nacionais e estimular a criação de emprego qualificado e emprego científico;
- *Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 (PNAC 2020/2030)* - que visa, entre outros objetivos com relevância regional, promover a transição para uma economia de baixo carbono e reforçar a resiliência e as capacidades de adaptação dos territórios;
- *Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC)* - compreende níveis de operação regional e setorial com intervenções orientadas para as cidades circulares e o desenvolvimento de soluções de gestão de desperdícios, descarbonização e uso eficiente e produtivo de recursos;
- Reconhecimento de vários *Clusters de Competitividade* dotados de Estratégia e de Planos de Ação, com interesse para o Alentejo (Agro-alimentar; Aeronáutica, Espaço e Defesa; Recursos Minerais; Indústrias de Base Florestal; e Mar Português);
- *Agendas Temáticas de Investigação e Inovação (FCT)*, que contemplam domínios da Especialização Regional (Agro-alimentar, Florestas e Biodiversidade; Ciência urbana e Cidades para o futuro; Cultura e Património cultural; Economia circular; e Turismo, Hospitalidade e Gestão do Lazer);
- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2025 (que contempla uma visão para 2050);
- Revisão em curso do PNPOT, com implicações futuras na revisão do PROT Alentejo.

Com interesse para a Região deve referir-se, ainda, a Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos - Recursos Minerais (horizonte 2020), sem execução relevante até ao momento. O aproveitamento desta Estratégia no contexto de mercado atual deveria acomodar uma estratégia nacional de aproveitamento sustentável de minério que combinasse prospeção, exploração e políticas de ordenamento.

A relação com estas e outras dimensões estruturantes das políticas públicas em horizontes pós-2020, afigura-se muito relevante para diversas sub-regiões do Alentejo em que a convergência complementar de investimentos de vários níveis (central, regional, sub-regional e local, públicos e privados) se apresenta como absolutamente crucial. Se é um facto que a Região e as suas CIM têm um contributo relevante na génese de novas lógicas de formação de investimento, com contributo para a mitigação dos problemas estruturais da Região, não é menos relevante que as políticas públicas devam, igualmente, manifestar maior flexibilidade na sua territorialização e resposta a esses problemas estruturais.

As tabelas seguintes são construídas tendo presente o posicionamento e proposta de Objetivos/ Domínios Transversais e com Incidência territorial (*Convergência e Emprego; Convergência e Coesão*) em preparação pelo Governo Português e sistematizam o alinhamento com os **Objetivos específicos**, na ótica da construção gradual de respostas aos principais Desafios estratégicos para o Alentejo 2030.

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PORTUGAL 2030

MATRIZ DE RELAÇÃO OBJETIVOS/DOMÍNIOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO, SEGUNDO OS DESAFIOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O ALENTEJO 2030

POLÍTICA DE COESÃO PÓS 2020		ALENTEJO 2030	
OBJETIVOS TRANSVERSAIS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	DESAFIOS ESTRATÉGICOS/ OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
I. Inovação e Conhecimento	Inovação empresarial	3. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo [Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região com consolidação do seu Sistema Regional de Inovação, estratégia de especialização inteligente e da sua capacidade de formação de competências]	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalização do SRTT • Reorganização da oferta educativa • Planeamento e programação da oferta de formação profissional. • Formação de competências orientada para a procura dos setores de especialização • Incentivo à contratação de recursos humanos qualificados pelas empresas e outras organizações
	Conhecimento e base científica		
II. Qualificação, Formação e Emprego	Qualificação e formação		
	Emprego		
III. Sustentabilidade demográfica	Promoção das condições de melhoria do saldo natural	1. Revitalização demográfica e mitigação dos efeitos penalizadores do duplo envelhecimento; atração de investimento - emprego – residentes [Mitigar os efeitos do duplo envelhecimento por via da uma estratégia integrada de investimento - emprego - residentes]	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de Atração de Residentes de base regional • Promoção da empregabilidade de diplomados das IES regionais • Enquadramento de fluxos de mão-de-obra imigrante, na ótica da fixação • Monitorização da implementação e resultados das medidas de política pública orientadas para a sustentabilidade demográfica • Conceção e gestão de um Instrumento integrado de promoção externa e captação de IDE • Promoção da notoriedade da Região.
	Reforço da conciliação vida familiar e vida laboral-avaliação da rede de serviços às famílias		
	Melhoria dos saldos migratórios		

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PORTUGAL 2030

**MATRIZ DE RELAÇÃO OBJETIVOS/DOMÍNIOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E COESÃO, SEGUNDO OS
DESAFIOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O ALENTEJO 2030**

POLÍTICA DE COESÃO PÓS 2020		ALENTEJO 2030	
OBJETIVOS TERRITORIAIS	DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO	DESAFIOS ESTRATÉGICOS/ OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
IV. Energia e Alterações Climáticas	<i>Cidades Inteligentes e Eficientes</i>	2. Sustentabilidade do desenvolvimento regional - mitigação de riscos ambientais e gestão da água [Promover modelos de afetação de recursos e de investimento que incorporem proativamente as alterações climáticas e a utilização eficiente da água]	<ul style="list-style-type: none"> • Conceção, desenvolvimento e monitorização de instrumentos de planeamento, programação e ação para a sustentabilidade • Promoção do uso eficiente do capital natural • Estimulo à otimização e eficiência dos perímetros de rega • Desenvolvimento de investigação científica nos domínios da desertificação física e social, adaptação às alterações climáticas e gestão da água • Desenvolvimento de soluções orientadas para a obtenção de ganhos de eficiência energética e de poupança de água • Reforço das reservas estratégicas de água • Valorização socioeconómica dos serviços prestados e externalidades dos ecossistemas.
	<i>Transição energética</i>		
V. Economia do Mar	<i>Valor Acrescentado dos produtos da Pesca e da Aquicultura</i>	D4. Alargamento da base territorial da competitividade, combinando a valorização económica integrada de recursos e ativos estratégicos [Mobilizar intensa, integrada e alargadamente recursos e ativos estratégicos de todo o território da Região]	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturação e desenvolvimento do Cluster Agroalimentar • Reforço da expressão regional do Alentejo no Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa • Qualificação dos produtos turísticos do Alentejo-Ribatejo • Desenvolvimento económico do Cluster Portugal Mineral Resources (Pedra Natural e Minerais metálicos e não metálicos), abrangendo a mitigação dos passivos ambientais existentes • Revisão/alinhamento da EREI do Alentejo • Qualificação das Áreas de Acolhimento Empresarial e de Logística • Construção de ligações rodoviárias e de interfaces à Linha Ferroviária Sines-Elvas/Caia e de acesso à Plataforma Logística do Caia • Dinamização da cooperação transfronteiriça, nas componentes da Economia, do Emprego e da Proteção Social • Promoção da competitividade económica dos aglomerados de suporte às áreas rurais • Criação de centros de recursos de suporte ao empreendedorismo focado na valorização de recursos endógenos (abordagens DLBC e PROVERE) • Assistência técnica qualificada para a promoção e capacitação do desenvolvimento e o emprego nos Territórios de Baixa Densidade • Promoção de intervenções de requalificação e regeneração urbana • Robustecer a dimensão funcional dos centros urbanos estruturantes, numa perspetiva de qualificação, especialização e complementaridade • Melhoria da conectividade interna • Racionalização e qualificação da rede pública de equipamentos e serviços de proximidade • Qualificação do sistema regional de saúde • Constituição de plataformas colaborativas transfronteiriças no domínio da mobilidade e do acesso a serviços.
	<i>Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade</i>		
	<i>Melhoria da competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo</i>		
	<i>Projeção externa da faixa atlântica</i>		
VI. Redes e Mercados Externos	<i>Competitividade dos territórios urbanos</i>		
	<i>Inserção territorial no Mercado Ibérico</i>		
VII. Competitividade e Coesão dos Territórios de Baixa Densidade	<i>Crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno</i>	D5. Reforço do sistema urbano regional e da integração dos recursos/ativos urbanos e rurais de excelência ambiental [Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região simultaneamente como fator de competitividade e coesão territorial]	
	<i>Diversificação da base económica</i>		
	<i>Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos, potenciando ligações rural-urbano</i>		
VIII. Agricultura e Florestas	<i>Aposta no desenvolvimento agrícola competitivo e no regadio</i>		
	<i>Reforço do potencial económico da floresta</i>		
	<i>Resiliência e prevenção de riscos</i>		

II. ELEMENTOS-CHAVE DE DIAGNÓSTICO

A generalidade dos diagnósticos regionais e sub-regionais enfatizam a importância nuclear do território na estruturação dos argumentos competitivos do Alentejo, em torno do conjunto de *recursos estruturantes do passado* (localização geográfica; recursos naturais; ambiente e paisagem; património histórico e cultural; identidade regional; estrutura urbana consolidada; ...) e do conjunto de *recursos em construção*, sobretudo, no último quarto de século (Rede de Instituições de Ensino Superior; Unidades de I&D; equipamentos sociais e de saúde; acessibilidades e logística; polos de atividades económicas com perfil exportador - dos recursos minerais, às produções agrícolas e agro-alimentares, à eletrónica e aeronáutica, à química pesada e às energias renováveis, ...).

Esta referência sintética sinaliza a diversidade existente num **território singular que pode valorizar combinatórias de recursos transformando-os em ativos estratégicos para o desenvolvimento da Região**, consolidando prioridades que tem vindo a ser definidas em processos de planeamento e programação estratégica relativamente recentes e que, no essencial, permanecem atuais no horizonte 2030. A preocupação consiste em não antagonizar competitividade e coesão territorial conseguindo que o conjunto mais disseminado possível de recursos da Região esteja refletido nos seus ativos estratégicos.

A última década, atravessando duas gerações de programação dos fundos estruturais, regista afirmações bem sucedidas de combinatórias de recursos de que são exemplo: (i) o Complexo Aeronáutico de Ponte de Sor, que combina localização, infraestruturação material e centro de negócios para atração de investimento, com o estabelecimento de protocolos com IES regionais e extra-região e a qualificação urbano-ambiental de iniciativa municipal; (ii) o crescimento do Turismo do Alentejo e Ribatejo alicerçados num perfil compósito de recursos que evolui para produtos turísticos inimitáveis na capacidade diferenciadora, com atração de “players” de investimento experientes e poder de dominação de mercado, a par de estratégias de promoção dotadas de escala e continuidade; e (iii) o Complexo agro-exportador do Litoral Alentejano que combina a existência de condições edafo-climáticas e água, como iniciativa empresarial (endógena e externa à Região), dinâmica e esclarecida na relação com a inovação e os mercados.

A estes exemplos poder-se-ia acrescentar os investimentos da Aeronáutica e Eletrónica (Évora), do Complexo petroquímico e energético de Sines, dos vinhos e azeites (um pouco por toda a Região), para evidenciar também o papel de alinhamento com apostas das políticas públicas setoriais e uma marca de inovação e internacionalização, centrados em ativos estratégicos regionais.

2.1. Convergência e dinâmicas regionais

A evolução de década e meia no-pós 2000, mostra que a Região tem acompanhado a trajetória da economia portuguesa, com recuperação do ritmo de crescimento nos anos mais recentes (entre 2013 e 2016, o PIB do Alentejo aumentou 11,6%, enquanto o PIB nacional aumentava 8,8%). Em 2016, o PIB regional (12.163 milhões de euros) correspondia a 6,6% do PIB nacional e do VAB (preços correntes, 2011).

Entre as regiões portuguesas, o Alentejo manteve ao longo do período 2000-2016 uma posição cimeira entre as regiões de convergência portuguesas na trajetória de evolução do PIB por habitante beneficiando das dinâmicas induzidas pelo Complexo de Sines e mais recentemente pelo potencial agro-exportador, dos serviços de turismo, da eletrónica e da aeronáutica. No conjunto, estas atividades poderão, a longo prazo, contribuir para atenuar os níveis de divergência da Região relativamente a Portugal e à Europa (em 2016 para uma base 100 da UE28, Portugal atingia um índice de 77,3 e o Alentejo 72,7).

A evolução da estrutura setorial do VAB (200-2016) reflete as transformações do tecido económico regional em que a perda de peso da Agricultura, Florestas e Pescas (15,4 para 9,3%) a favor do setor dos Serviços (de 54,6 para 63,5%), é acompanhada pela quebra ligeira do peso da Indústria na estrutura económica regional (de 30 para 27%) mas em que o VAB Industrial cresce em vários períodos mais rapidamente no Alentejo que no total nacional.

Os *Quocientes de Localização* do Alentejo em relação ao Continente expressam uma especialização produtiva centrada na Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e nas Indústrias extrativas, setores com evolução positiva entre 2007 e 2016 na variável estabelecimentos e, sobretudo, na variável pessoal ao serviço. Os Quocientes relativos às Indústrias transformadoras e ao Alojamento e Restauração mantiveram-se ao longo de período.

O *investimento em I&D* revelou uma quebra acentuada em volume entre 2010 e 2015 (de 85 milhões de euros para 52,5 milhões de euros), reduzindo o peso da Região no total nacional (de 3,5% para 2,2%). No entanto, observam-se ligeiras melhorias nos indicadores referentes ao peso do investimento em I&D das empresas no PIB e no volume de doutorados, desempenhos que permitem posicionar o Alentejo com um perfil *Moderado Inovador* no “Regional Innovation Scoreboard”².

O perfil da Região nas componentes do *Índice Sintético de Desenvolvimento Regional* evidencia uma qualidade ambiental superior à média nacional, enquanto os índices de competitividade e de coesão se situam aquém da “performance” nacional. As sub-regiões do Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Alentejo Central revelavam em 2015 um desempenho ambiental acima da média nacional, o Alto Alentejo era

² Instrumento de registo estatístico que permite a análise comparada da evolução de Indicadores de Inovação a nível europeu.

mesmo a Região NUT III portuguesa com melhor qualidade ambiental; o Alentejo Litoral era a sub-região mais competitiva e o Alentejo Central a sub-região mais coesa.

No que respeita ao Índice Sintético da Competitividade, as assimetrias na Região agravaram-se a partir de 2009, destacando-se o posicionamento e a evolução muito favorável do Alentejo Litoral, a única sub-Região que atinge o valor da média nacional. Na situação oposta, encontra-se o Alto Alentejo, com o posicionamento mais desfavorável e um agravamento progressivo deste índice entre 2005 e 2015, revelando uma dinâmica regressiva prolongada que não foi possível atenuar ou alterar durante este período, de execução de dois quadros comunitários de apoio.

Quanto ao Índice de Coesão, o Alentejo Litoral e o Baixo Alentejo ocupam as posições mais desfavoráveis. No Alentejo Litoral este índice apresenta uma tendência de recuperação entre 2013 e 2015, enquanto no Baixo Alentejo, se agravou desde 2009, verificando-se um afastamento progressivo das restantes sub-regiões, principalmente entre 2013 e 2015.

2.2. Inserção territorial

Na afirmação da competitividade dos territórios assume particular relevância o posicionamento geoestratégico de base territorial que reveste duas dimensões-chave no Alentejo: a da Conetividade internacional, e a da proximidade à Grande Região Metropolitana que impacta de forma diversa, segundo lógicas próprias das sub-regiões.

Em termos de **Conetividade internacional** a Região, sobretudo o seu Corredor Central, situa-se num dos nove corredores multimodais da Rede Principal de Desenvolvimento da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T), uma Rede que constitui um dos pilares da integração europeia e da construção do mercado único europeu. A Rede Principal integra troços estrategicamente mais importantes para atingir os objetivos de desenvolvimento da RTE-T e que deverão ter conclusão até final de 2030. Esses troços (corredores multimodais) abrangem os fluxos de longa distância que visam melhorar as ligações transfronteiriças no interior da União Europeia atravessando cada corredor, pelo menos, duas fronteiras e envolvendo vários modos de transportes.

Entre esses corredores, destaca-se o Corredor Atlântico o único que atravessa Portugal em direção a Espanha, França e Alemanha e que coincide com os corredores principais identificados no PNPOT para a ligação entre Portugal e Espanha. O Corredor Internacional Sul - Sines/Setúbal/Lisboa/Évora-Caia liga o Arco Metropolitano de Lisboa (incluindo a rede portuária da fachada atlântica, o Aeroporto de Lisboa e as plataformas logísticas) a Madrid e ao resto da Europa.

No âmbito do Corredor Atlântico, destaca-se: (i) a construção da ligação ferroviária em falta entre Évora e Caia/Badajoz; (ii) a melhoria ferroviária dos acessos terrestres próximos; e (iii) a atribuição de um

papel mais ativo às plataformas logísticas multimodais, envolvendo os *stakeholders* aos níveis locais, nacionais e Estados-membros.

A **proximidade à Área Metropolitana de Lisboa** constitui, sobretudo, para as sub-regiões com posicionamento de fronteira mas com potencial de extensão a toda a Região, um argumento que proporciona oportunidades potenciáveis ao nível do reforço da cooperação nos domínios da investigação e inovação, da atratividade empresarial, logística, residencial, turística e de visitação. Em contrapartida, estabelece uma concorrência em várias frentes pelo desequilíbrio na densidade da massa crítica de recursos, nas dinâmicas de atração de empresas e investimentos, no potencial fixação de talentos, e na fidelização de fluxos de visitantes.

2.3. Constrangimento demográfico

A regressão prolongada da demografia regional, num contexto de duplo envelhecimento limita as condições de regeneração endógena e transfere para a atração de novos residentes o restabelecimento do potencial demográfico do Alentejo indispensável à criação de dinâmicas empreendedoras e à atratividade de investimento.

A análise da restrição demográfica converge na necessidade de assegurar a existência de saldos migratórios de população ativa positivos, contribuindo para índices mais baixos de envelhecimento e limiares de população demograficamente sustentável, capazes de responder à oferta de oportunidades de emprego associadas à fixação de novos investimentos.

Um trabalho recente realizado na CCDR Alentejo³ revela que entre 2011 e 2016 ocorreu uma diminuição da população idosa (65 e +anos) de 2%, enquanto a população jovem diminuía 10,4%; ou seja, neste período o aumento de envelhecimento demográfico ficou a dever-se unicamente à redução dos jovens. Nas sub-regiões verificam-se duas evoluções-tipo das estruturas demográficas:

- *Duplo envelhecimento*, no topo, por aumento da população idosa, e na base, por diminuição dos jovens (Lezíria do Tejo e Alentejo Litoral); e
- *Envelhecimento na base*, por diminuição dos jovens, e *rejuvenescimento no topo* devido a redução da população idosa (Alto, Central e Baixo Alentejo).

Em conclusão, o trabalho refere que a “mitigação do problema do envelhecimento demográfico no Alentejo passa pelo aumento da população jovem e em idade ativa”.

³ O envelhecimento demográfico na Região Alentejo, Amável Candeias, CCDR Alentejo, fevereiro de 2018.

Outro estudo recente⁴ tendo por base dados do Projeto MIGSUB (Migrações de Substituição) estima as migrações necessárias para a manutenção da população em idade ativa no Alentejo: no período 2015-2030, seria necessário assegurar um fluxo migratório anual de 5.200 novos residentes. Com esse fluxo de entradas, as projeções da população regional apontariam para um crescimento líquido de 13,5 mil residentes de 733,4 mil (2015) para 746,9 mil, em 2030.

Todavia, e como o Estudo reconhece “o prolongamento da forte concentração migratória pós-2011, quando o saldo migratório se tornou generalizadamente negativo (...) poderá tornar inviável a substituição/ reposição da população ativa nas regiões portuguesas (fruto) da persistência da emigração e da incapacidade de atração de imigrantes.

2.4. Qualificação e Emprego

As dinâmicas recentes de diversos setores económicos (em que avultam a expansão do alojamento hoteleiro, restauração e serviços complementares do turismo e lazer, o surgimento de novas atividades das sub-fileiras fileiras agrícola e agro-alimentar e as atividades do Cluster Aeronáutico), têm contribuído para uma dinamização das oportunidades de emprego na Região. As respostas encontradas pelas empresas têm evoluído dentro de uma banda larga que remete para a heterogeneidade de perfis profissionais e de competências adquiridas pelos postos de trabalho criados, numa evolução que compreende uma certa acentuada segmentação do mercado de trabalho entre: componentes mais formalizadas e tendencialmente estáveis (estrutura de empregos dos setores das TIC e Eletrónica, da Aeronáutica); componentes que combinam estabilidade e rotação acentuada (alojamento hoteleiro, comércio e serviços complementares); e componentes caracterizadas pela precariedade que decorrem da baixa tecnicidade e sazonalidade das atividades e tarefas desempenhadas (restauração, apanha de hortícolas frescos e pequenos frutos, ...).

No contexto atual, predominam constrangimentos relacionados com os baixos índices de escolaridade e qualificação profissional dos ativos (empregados e desempregados) limitando a capacidade das empresas existentes e os argumentos competitivos da Região para a atração de novos investimentos. Segundo dados dos Quadros de Pessoal (setor estruturado da economia), os níveis de habilitação dos trabalhadores por conta de outrem inferiores ao ensino secundário ainda representavam 59,1% em 2016 e a taxa de qualificação situava-se em 56%.

Estes baixos índices de escolaridade e qualificação da população ativa (expressos também na escolaridade dos desempregados inscritos 63,4% dos quais tinham habilitações inferiores ao secundário

⁴ *Migrações e Sustentabilidade Demográfica* (org. de João Peixoto, Jorge Malheiros *et al*), coleção Estudos da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Maio de 2017.

em fevereiro de 2018), contribui para as limitações de adaptação a novos desafios profissionais e a desempenho mais concorrenciais que envolvam mobilidade profissional e geográfica.

As dificuldades na articulação das estruturas de formação entre si e com as empresas, indispensáveis para elevar os níveis de especialização e a qualificação profissional ajustada às necessidades da oferta de emprego, refletem-se na reduzida participação em ações de aprendizagem ao longo da vida e acentuam a desadequação de algumas qualificações ao mercado de trabalho regional, a par das carências de formação específica dirigida a empresários e a trabalhadores.

Paralelamente, o Serviço Público de Emprego tem de lidar com restrições complexas à sua atuação, nomeadamente: recessão demográfica; predomínio ofertas salariais e de condições de trabalho e de vida pouco atrativas; baixas qualificações dos inscritos que induzem rigidez para a frequência de ações de formação, com a dispersão territorial a condicionar a organização de cursos; e escassa propensão à mobilidade dos inscritos na rede de Centros, acentuada pelas condicionantes do sistema de transportes.

Entretanto, a procura de mão-de-obra (qualificada e indiferenciada) associada a importantes intenções de investimento existentes em várias sub-regiões do Alentejo traça um perfil de necessidades de resposta relativamente heterógeno em matéria de oferta de competências, apontando para a necessidade de abordagens ativas da parte do Serviço Público de Emprego que compreendam, nomeadamente:

- estratégias integradas de formação profissional/ emprego, p.ex., através de ações de reconversão/ adaptação de competências desajustadas;
- oferta de competências suscetíveis de responder aos perfis procurados pelas empresas (p.ex., em resposta à instalação de novos projetos de IDE, à agricultura de precisão e à fileira de atividades da Aeronáutica);
- apoios formação/emprego associados ao aproveitamento de oportunidades de pequena escala em territórios de baixa densidade destinadas a microempresários, microsistemas industriais em torno das NTIC, da valorização inovadora dos recursos e produtos endógenos regionais com forte identidade territorial e apetência turística.

2.5. I&DT e Inovação

O Alentejo continua a ser uma *Região com baixa intensidade em I&DT e Inovação* e a criação de um Sistema com desempenho relevante em Investigação e Inovação (I&I) permanece como um desafio de grande complexidade. O reforço do potencial tecnológico e científico da Região teve um ensaio de organização em rede, em articulação com o tecido empresarial, através da dinamização e potenciação do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (SRTT) e das suas principais componentes (Parque

de Ciência e Tecnologia do Alentejo, Rede Regional de Ciência e Tecnologia, incubadoras e infraestruturas científicas e tecnológicas.

A estruturação do SRTT beneficiou, em 2012, de uma atuação persistente da Comissão Diretiva do INAlentejo visando aprovar o respetivo Programa Estratégico, aprovação que refletia os requisitos dos pareceres (AdI e FCT) relativos à criação de uma Sociedade de Gestão do Parque de Ciência e Tecnologia (PCTA; atual PACT) e de uma Rede de Transferência, com estrutura de gestão própria. A 1ª fase do Programa Estratégico absorveu apoios que ascenderam a 17,7 milhões de euros os quais enquadraram a aprovação de projetos dinamizados por entidades de C&T de fileiras produtivas regionais (Clusters Agro-alimentar e da Pedra Natural), da Energia e dos Recursos hídricos/ Gestão da Água.

As intervenções apoiadas no âmbito do Programa Estratégico, ainda que inseridas em domínios setoriais que constituem o núcleo principal da base económica regional e com alargamento a setores emergentes da relevância estratégica (aeronáutica, energias renováveis, novas tecnologias da informação e indústrias criativas e atividades culturais), contribuíram para a implementação de Rede de Incubadoras do SRTT não tendo tido a concretização constituição de uma Rede Regional de Centros Tecnológicos.

No atual período de programação, nomeadamente no âmbito do Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica, foram aprovados projetos de IC&DT⁵ promovidos por entidades do Sistema Regional de Inovação e parceiros de investigação exteriores à Região, sendo de salientar como principais promotores e temas/setores apoiados os seguintes:

- *Universidade de Évora* (energia solar; mármore e calcários; recursos minerais; valorização do olival; gestão da água; e património cultural).
- *Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-alimentar do Alentejo (CEBAL)* - (aplicações biotecnológicas para utilização sustentável e valorização económica de plantas silvestres; tratamento e reutilização de águas residuais agro-industriais; biomassa lenho-celulósica; seleção e melhoramento genético do pinheiro manso e do porco de raça alentejana).
- *Laboratório Nacional de Energia e Geologia* (recursos minerais - conhecimento geológico, geofísico e geoquímico em Neves-Corvo).
- *Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária* (melhoramento de variedades de trigo; recursos genéticos, animais e biotecnologias; e qualidade do leite de ovinos).

Trata-se de um conjunto de projetos relacionados com áreas de especialização económica regional, com acentuado alinhamento estratégico com a EREI, de cuja trajetória de execução se espera resultados importantes para utilização futura pelo tecido produtivo regional estimulando a indispensável inovação

⁵ O POR Alentejo 2020 foi a primeira Autoridade de Gestão a abrir o Aviso de Concurso para esta tipologia e a analisar e aprovar as respetivas candidaturas (Abril de 2016).

empresarial e o aprofundar das condições de aproveitamento e valorização económica dos recursos naturais regionais.

A capacidade de concretizar projetos de I&DT pressupõe combinar eficácia e eficiência nas políticas públicas de estímulo à Investigação e à Inovação, uma combinatória que no Alentejo tem a complexidade adicional de encontrar soluções capazes de quebrar a inércia associada a uma tradição prolongada de reduzido entrosamento entre a produção e utilização do conhecimento.

A revisão do Programa Estratégico do SRTT, decorrente da Atualização do Mapeamento das Infraestruturas Tecnológicas, por iniciativa da Agência Nacional de Inovação, pode constituir um dos elos-chave na operacionalização da EREI na medida em que os mecanismos de transferência de tecnologia e de aplicação/ valorização económica do conhecimento tardam em afirmar-se na Região e várias entidades apoiadas na 1ª fase do PE SRTT não apresentaram, ainda, resultados ou atravessam sérias dificuldades.

2.6. Recursos naturais - (Re)configuração em curso da base económica

A dinamização de fileiras produtivas e *clusters* baseados nos recursos endógenos e nos seus produtos deverá constituir uma aposta estratégica para estruturar e qualificar o tecido empresarial da Região, através do enriquecimento das respetivas cadeias de valor.

Trata-se de complexos de atividades com dinamismo económico e empresarial com condições propícias para potenciar a heterogeneidade de recursos em presença na Região e que adquire importância recente as prioridades regionais da Especialização Inteligente. A EREI tem tido um papel relevante na análise e seleção das candidaturas dos Eixos 1, 2 e 3 do PO Regional Alentejo 2020 e os critérios de mérito adotados têm prolongado a prioridade atribuída no INAlentejo (2007-2013) aos projetos inseridos nos designados setores estratégicos regionais que constituem uma parte significativa da base económica e que assentam predominantemente na exploração de recursos produtivos regionais de qualidade.

O investimento empresarial apoiado no período 2007-2013 (1,65 mil milhões de euros, com 542 milhões de incentivos) contribuiu em cerca de 20% para a FBCF empresarial da Região. Nessa dinâmica predominaram as componentes relativas à internacionalização, com concentração nas Indústrias extrativas, Transformadoras e Alojamento e Restauração, um padrão que destaca atividades económicas com níveis reduzidos de intensidade tecnológica e serviços menos intensivos em conhecimento.

No processo de afirmação competitiva, o Alentejo assume prioridades principais em vários domínios da Estratégia Nacional de Especialização Inteligente (ENEI):

- Alimentação e Floresta (ENEI Agro-alimentar e Floresta). Este domínio consolidado tem larga preponderância nos projetos aprovados pelo POR Alentejo e COMPETE (2015-2017) com enquadramento na EREI (43%) em atividades que detêm vantagens competitivas na Região;
- Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo (ENEI Indústrias Culturais e Criativas). A este domínio pertencem 18% dos projetos aprovados enquadrados na EREI.
- Recursos Minerais, Naturais e Ambientais (ENEI Águas e Ambiente) - 17%.
- Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente (ENEI - Automóvel, Aeronáutica e Espaço). Este domínio tem suscitado o surgimento de novas empresas e investimentos em atividades com maior intensidade tecnológica (aeronáutica, eletrónica, sistemas de informação, ...) e concentra 17% dos projetos aprovados com enquadramento na EREI.

Neste conjunto de atividades com elevado alinhamento com a EREI, destacam-se:

- Agro-indústria e indústrias alimentares, com forte expressão de vantagens competitivas face ao País, na Lezíria do Tejo e no Litoral Alentejano e margem de progressão elevada no Baixo Alentejo, a partir do aproveitamento pleno do Regadio de Alqueva; este setor integra a viti-vinicultura presente em várias sub-regiões com forte inovação associada (nomeadamente, em domínios que incluem a adaptação às alterações climáticas e a eficiência no aproveitamento de águas residuais) e estratégias de internacionalização que têm beneficiado do apoio dos FEEI;
- Turismo, assente em iniciativas empresariais nas vertentes de alojamento, restauração, projetos de Enoturismo, serviços complementares de animação e outros), tem potenciado a valorização de produtos temáticos enriquecidos (sol e mar, circuitos turísticos, estadias de curta duração, turismo de natureza, residencial e de saúde, gastronomia e vinhos, ...). Com expressão no crescimento dos indicadores económicos e de emprego, o turismo tem gerado procuras externas qualificadas para um conjunto de bens e serviços produzidos por outras cadeias de valor regionais, com destaque para as produções da matriz identitária mediterrânica e para os valores do património, da cultura e das atividades criativas.

A aposta continuada no turismo tem contribuído para estimular a regeneração urbana, a reanimação das áreas rurais e de baixa densidade, a valorização das áreas naturais, a produção cultural e das indústrias criativas e a diversificação da economia do mar.

- Atividades do sistema de montado, em particular a produção de cortiça e as pequenas fileiras produtivas, com expressão no Alto Alentejo, na Lezíria do Tejo e no Litoral Alentejano.
- Pedra Natural, com expressão na Zona dos Mármore (Alentejo Central) e extensão aos granitos do Alto Alentejo e aos calcários da zona norte da Lezíria do Tejo.
- Minerais metálicos no Baixo Alentejo, sobretudo, em torno de dois grandes projetos em Castro Verde e Almodôvar e Pirites Alentejanas em Aljustrel; estas unidades são dos maiores

exportadores e empregadores da Região e atravessam uma fase de reconversão para extração e produção de zinco, com novos investimentos alimentados pela revalorização dos preços das matérias-primas e que justificam o prosseguimento de trabalhos de prospeção, desenvolvendo e aplicando tecnologias que contribuam para encontrar novos depósitos.

[Trata-se de setores com elevados passivos ambientais e efeitos negativos sobre o ordenamento do território e a qualidade de vida das populações, mas para os quais estão identificadas, e carecem de financiamento, soluções de mitigação que constituem também oportunidades económicas, a aprofundar com recurso aos resultados da investigação e conhecimento.]

- Recursos energéticos endógenos com expressiva diversidade (energia solar, energia eólica e biomassa), com numerosos investimentos e projetos em curso arrastando o envolvimento de entidades regionais de interface e Instituições de Ensino Superior.

A estas atividades, centradas no aproveitamento e valorização de recursos naturais, acrescenta-se:

- (i) o Complexo portuário e logístico de Sines que beneficiando de excelentes condições naturais, em termos de fundos e acessibilidades marítimas, prossegue uma trajetória de investimento em novos projetos portuários (expansão do terminal XXI e novo terminal Vasco da Gama), os quais potenciam o investimento em curso nas acessibilidades ferroviárias e contribuem para ampliar a criação de valor acrescentado e de emprego no Alentejo; e
- (ii) as expressões regionais do Cluster Aeronáutica, Espaço e Defesa que compreendem a criação do Parque de Indústria Aeronáutica de Évora (que alberga a Embraer, fabricante de aeronaves, e empresas de componentes), o Complexo do Aeródromo Municipal de Ponte de Sor (que alberga uma Escola de Formação de Pilotos de linha aérea e um Centro de Negócios onde está instalada a TEKEVER, fabricante de aeronaves não tripuladas), o Aeroporto de Beja (desmantelamento e manutenção de aeronaves) e, mais recentemente, a instalação de uma empresa de produção de componentes para a indústria aeronáutica em Grândola.

No enquadramento do processo de reconhecimento do *AED Cluster*, Portugal e dentro do objetivo/ compromisso de sedear a sua coordenação em Évora foi preparada a *Parceria Alentejo para o setor Aeronáutico*, “parceria colaborativa para o desenvolvimento do setor aeronáutico no território do Alentejo” que tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento e fixação de investimentos no Cluster, alinhada com a especialização inteligente nacional e regional.

A Região reúne hoje, na generalidade dos setores referenciados, a presença ativa de parceiros económicos que potenciam o aproveitamento de mercado de recursos do território com forte dinâmica empreendedora (grupos empresariais nacionais, investidores estrangeiros, ...), capacidade de inovação e internacionalização, os quais beneficiaram (e beneficiam) de recursos de financiamento público nacional

e comunitário e que podem, desejavelmente, ampliar a sua condição de parceiros estratégicos para o desenvolvimento da Região, no horizonte 2030.

2.7. Matriz SWOT

Pontos Fracos	Pontos Fortes
<p>✓ Demografia e Competências</p> <ul style="list-style-type: none"> • Duplo envelhecimento demográfico associado a saldos migratórios negativos, baixas taxas de fecundidade e fenómenos de desertificação do território e isolamento populacional. • Baixos índices de escolaridade e qualificação profissional dos ativos (empregados e desempregados) e inadequação entre a oferta e a procura de qualificações. • Desarticulação entre a qualificação da mão-de-obra e o mercado de emprego sub-regional (níveis de formação não avançada). <p>✓ Competitividade e Inovação do tecido económico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzido desempenho de fatores críticos de competitividade empresarial (reduzida capacidade de inovação, contributos limitados da rede regional de produção e transferência de conhecimento e tecnologia, oferta de serviços e envolvente das áreas de acolhimento empresarial pouco atrativa para novos investimentos, ...). • Baixa qualificação e insuficiente ordenamento dos espaços industriais e inexistência de uma plataforma regional com visibilidade externa. • Reduzida dimensão (e fragmentação) do mercado local, com entraves à realização de economias de escala e fraca dinamização de redes empresariais e de estabelecimento de canais de comercialização dos produtos. • Introversão da base económica regional e fraca expressão de atividades ligadas a bens transacionáveis. <p>✓ Coesão Territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mobilidade intrarregional reduzida, muito suportada no transporte individual e afetada por deficientes sistemas de transportes públicos, dotados de soluções facilitadoras para as ligações urbano-rural e de conectividade do sistema urbano, agravando os efeitos penalizadores do problema demográfico. • Inexistência de estruturas intermodais que promovam a utilização de transporte coletivo • Persistência de lacunas (ainda) relevantes no domínio da oferta de infraestruturas, equipamentos e serviços de natureza coletiva. • Cobertura insatisfatória de respostas de proteção social e de serviços e cuidados de saúde, em termos de equipamentos e de valências especializadas. 	<p>✓ Posicionamento geoestratégico territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento geoestratégico: relação com a frente atlântica e proximidade com Área Metropolitana de Lisboa (AML) e acesso às principais redes de transportes rodoviário, marítimo e ferroviário. <p>✓ Recursos e competitividade territorial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dotação de infraestruturas ligadas ao domínio da logística e do transporte marítimo de escala europeia (Porto de Sines e Zona Industrial e Logística de Sines). • Conjunto de amenidades territoriais e urbanas, como quadro potencial de atração de novos residentes. • Qualidade paisagística, diversidade ambiental com presença no território de Parques Naturais e de Áreas Protegidas. • Património natural, cultural e histórico valioso gerador de oportunidades para incentivar a competitividade e atratividade territoriais. • Dotação em infraestruturas de acolhimento empresarial e cobertura em redes de fibra ótica. • Rede de instituições sociais com cobertura geral do território em resposta a necessidades específicas. • Oferta turística multifacetada (Touring Cultural, Gastronomia e Vinhos, Turismo de natureza e aventura, turismo sénior e de saúde e bem-estar, turismo de sol e praia, turismo desportivo, náutico, ...), com condições para despertar o interesse de procuras diversificadas e proporcionadora de coesão territorial. <p>✓ Dinâmicas de Competitividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relativa dinâmica de crescimento populacional em alguns centros urbanos associada a dinâmicas de investimento empresarial com expressão regional. • Presença de empresas nacionais e externas de produção agrícola utilizando técnicas modernas, inovadoras e de valor acrescentado, com competências para a gestão do negócio internacional. • Evolução favorável da capacidade exportadora regional, com especial relevância nos setores primário, na indústria alimentar, na aeronáutica e eletrónica. • Expansão e qualificação da oferta hoteleira, com unidades de gama alta e unidades TER a funcionar em rede, e do volume de turistas. • Dinâmica de iniciativa e atividade da Entidade Regional de Turismo em articulação com Municípios e outros atores. • Dinâmica de modernização agrícola via aproveitamento da capacidade de regadio instalada e a instalar. • Infraestruturas e equipamentos aeroportuários em Ponte de Sor, com componentes de formação e acolhimento de empresas do Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa.

Oportunidades	Ameaças
<p>✓ Aproveitamento e Valorização de Recursos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afirmação e notoriedade de produtos regionais (cavalo, touro, carnes, enchidos, queijos, gastronomia e vinhos, azeites, ...). • Diversificação das produções agrícolas e das atividades do mundo rural. • Exploração qualificada e sustentável dos recursos paisagísticos, ambientais e patrimoniais de excelência para o desenvolvimento de atividades turísticas. • Aproveitamento das condições naturais de excelência para a produção de energias renováveis (p.e., centrais fotovoltaicas, biocombustíveis, biomassa e energia eólica). • Reforço da dinâmica e do papel dos polos de I&D nas Tecnologias da Informação, Tecnologias do Ambiente, do Solo e da Água, Biotecnologias e Saúde e Ciências do Património Artístico e Cultural. • Potencial de mobilização das estruturas de apoio à atividade económica articuladas e com competências adequadas às necessidades do tecido empresarial (GADE's, NER's, ADL's e ADRAL). <p>✓ Qualificação de Recursos e Competências</p> <ul style="list-style-type: none"> • Évora centro universitário e um dos pólos económicos e patrimoniais da Região. • Desenvolvimento de infraestruturas de suporte essenciais à promoção da mobilidade e relação com a Europa (ligação ferroviária Sines - Elvas/Caia e ligação rodoviária - IP8). • Rede de equipamentos de ensino e presença de IES e de outras instituições de ensino e formação profissional (centros e escolas) e de apoio técnico-empresarial. • Consolidação de uma rede integrada da segurança social em toda a Região (com articulação entre as várias entidades de apoio social geradoras de resultados à escala supramunicipal). • Ordenamento e qualificação urbana e paisagística dos pequenos núcleos urbanos - melhoria global da "imagem urbana", enquanto fator de atratividade residencial, de visitação e turística. • Estruturação de recursos técnicos e mobilização autónoma de competências para aprofundar soluções de trabalho em cooperação, p.ex., com as Associações Empresariais, o PACT e a ERT, contribuindo para o reforço das dinâmicas de intervenção setorial e territorial. 	<p>✓ Sobre os Recursos naturais e Paisagem</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desertificação física e social (despovoamento). • Pressão acumulada sobre os recursos naturais e paisagísticos. • Efeitos indiretos da transformação da paisagem do Baixo Alentejo associada às novas culturas regadas (aumento do preço da terra, perda de biodiversidade, desperdícios e poluição gerados pelas agro-indústrias e pressão da mão-de-obra temporária sobre o território). • Transformação da paisagem e problemas fitossanitários (p.ex., mortalidade associada ao montado de sobre). • Vulnerabilidade da orla costeira (por fatores antrópicos e naturais). • Agravamento do risco de incêndios florestais. <p>✓ Sobre Redes e Sistemas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Evolução negativa da mobilidade, fruto da não construção de novas infraestruturas rodoviárias, indispensáveis ao reforço da competitividade territorial, agravando os efeitos penalizadores do problema demográfico. • Sustentabilidade problemática das instituições de saúde e economia social face ao envelhecimento da população e à persistência de dificuldades financeiras dos utentes e dos modelos de financiamento. <p>✓ Sobre argumentos competitivos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prolongamento da erosão demográfica que constrange a requalificação e desenvolvimento do tecido produtivo e empresarial. • Perda de capacidade competitiva na captação de investimento estrangeiro e no desenvolvimento de serviços internacionais. • Incapacidade de escoamento e baixa escala constroem a distribuição da produção regional e a sua penetração nos mercados nacionais e internacionais. • Dificuldades de cooperação entre instituições e fraca articulação emprego-formação-educação, ampliadas pela reduzida mobilidade intra-regional. • Inexistência de um quadro regional coerente em termos de estratégia de atração de residentes, sobretudo de casais jovens.